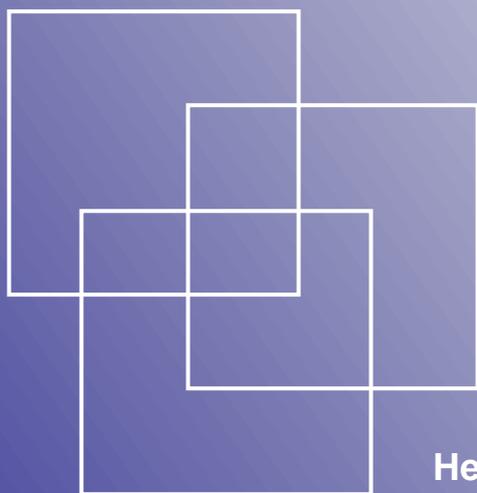




Organização  
Internacional  
do Trabalho

# A cobertura contributiva do INPS de Cabo Verde: Análise e recomendações



Hernán Pena  
Fabio Durán Valverde  
Jacqueline Castillo Rivas

Abril de 2012



Programa  
STEP  
Portugal

---

**A cobertura contributiva do INPS de Cabo Verde:  
Análise e recomendações**

Hernán Pena  
Fabio Durán Valverde  
Jacqueline Castillo Rivas

Abril, 2012

---

---

# Índice

<b>1. Introdução.....</b>	<b>1</b>
<b>2. Caracterização sociodemográfica .....</b>	<b>3</b>
2.1 População: aspetos gerais.....	3
2.2 Caracterização da População Economicamente Ativa .....	5
2.2.1 Estrutura e principais indicadores .....	5
2.2.2 Dimensão e evolução histórica .....	8
2.2.3 Emprego e desemprego .....	9
2.2.4 Pobreza e desenvolvimento.....	11
<b>3. Políticas de extensão da cobertura.....</b>	<b>14</b>
3.1 Estratégias e ações .....	14
<b>4. A cobertura contributiva do INPS.....</b>	<b>17</b>
4.1 Definição do campo de aplicação pessoal.....	17
4.2 Dimensão e evolução histórica .....	18
4.3 Indicadores de cobertura .....	21
4.4 A cobertura de grupos difíceis .....	26
4.5 Mapeamento da população não segurada.....	27
<b>5. Conclusões.....</b>	<b>31</b>
<b>6. Recomendações.....</b>	<b>32</b>
<b>7. Bibliografia .....</b>	<b>40</b>

---

## Figuras

Figura 1.	Cabo Verde. População com 15 anos de idade ou mais segundo o status da atividade. 2009 (milhares de pessoas) .....	5
Figura 2.	Esquema esforço vs. extensão: cobertura por dimensão da empresa. ....	39

## Gráficos

Gráfico 1.	Cabo Verde. População residente por grupo etário e sexo. 2010.....	3
Gráfico 2.	Cabo Verde. Taxa de participação na atividade económica por sexo segundo a área de residência. 2009.....	6
Gráfico 3.	Cabo Verde. Taxa de atividade económica por idade. 2009 .....	7
Gráfico 4.	Cabo Verde. População economicamente ativa por ramo de atividade e sexo. 2009 .....	8
Gráfico 5.	Cabo Verde. Taxa de emprego por idade segundo o sexo. 2009 .....	10
Gráfico 6.	Cabo Verde. População empregada de acordo com o número de trabalhadores que tem o seu trabalho. 2009.....	10
Gráfico 7.	Cabo Verde. Taxa de desemprego por freguesia segundo o local de residência. 2009 .....	11
Gráfico 8.	Cabo Verde. Tendências na pobreza. 2001-02 e 2007.....	12
Gráfico 9.	Cabo Verde. População com cobertura do INPS por idade segundo o sexo. 2009 (Em percentagens da PEA).....	19
Gráfico 10.	Cobertura contributiva da força de trabalho – comparação internacional (em percentagem) .....	20
Gráfico 11.	Cabo Verde. Relação entre os índices de pobreza e da população com cobertura do INPS por ilhas. 2009 .....	21
Gráfico 12.	Cabo Verde. Cobertura do INPS segundo a situação na ocupação. 2009 .....	22
Gráfico 13.	Cabo Verde. Cobertura do INPS por tamanho da empresa e setor de atividade económica. 2009 (em percentagem da PEA empregada) .....	23
Gráfico 14.	Cabo Verde. Cobertura do INPS por setor de atividade económica. 2009 (em percentagem da PEA empregada).....	24
Gráfico 15.	Cabo Verde. Percentagem da cobertura do INPS segundo a as atividades de formalização da empresa. 2009 .....	25
Gráfico 16.	Cabo Verde. Trabalhadores de difícil cobertura. 2009 (em percentagem da PEA empregada) .....	26

## Quadros

Quadro 1.	Cabo Verde. Evolução da população com 15 anos de idade ou mais segundo o <i>status</i> da atividade. 1990-2009 .....	9
Quadro 2.	Cabo Verde. Evolução da PEA e da população com cobertura do INPS. 2009 .....	18
Quadro 3.	Cabo Verde. População com cobertura do INPS. 2009 .....	19
Quadro 4.	Cabo Verde. População com cobertura do INPS, PEA e população total por ilhas. 2009 .....	22
Quadro 5.	Cabo Verde. Trabalhadores da função pública com cobertura do INPS.....	23
Quadro 6.	Cabo Verde. Cobertura do INPS a trabalhadores de difícil cobertura. 2009 .....	27
Quadro 7.	Cabo Verde. Trabalhadores sem cobertura do INPS por concelhos. 2009 .....	28
Quadro 8.	Cabo Verde. Trabalhadores sem cobertura do INPS por tamanho da empresa e setor de atividade económica. 2009 (em percentagem da PEA empregada).....	29
Quadro 9.	Cabo Verde. Trabalhadores sem cobertura do INPS por setor de atividade económica e local onde exerce a atividade. 2009 (em percentagem da PEA empregada).....	29
Quadro 10.	Cabo Verde. Trabalhadores sem cobertura do INPS por situação na ocupação segundo o setor de atividade económica. 2009 (em percentagem da PEA empregada) .....	30

---

## Participantes em entrevistas e reuniões de trabalho

Apresenta-se abaixo a lista de pessoas que participaram nas entrevistas e reuniões de trabalho de campo para a elaboração do presente diagnóstico.

Barros, Natahaiel	Diretor Contribuições e Impostos, Ministério de Finanças
Cardoso, Florentino	Presidente, ADEI
Duarte, Antonio	Presidente, INE
Fortes, Leonesa	Presidente Conselho de Administração do INPS
Silva, Charles	Diretor de Estatísticas Sociais, INE
Monteiro, Orlando	Estatístico, INE
Ferreira, Rene	Presidente, Centro Nacional de Pensões Sociais
Guimarães, Jorge	Responsável pelo Programa de Mobilização Social
Manuel, Jean	Representante de sindicatos
Monir, Mario	Plataforma São Felipe
Montero, Marcelino	Administrador, INPS
Nascimento, Denise	Atuarial e Estatísticas, INPS
Oliveira, Marcos	Administrador, INPS
Santos, Daniel	Direção de Fiscalização, INPS
Santos, Frederic	Atuarial e Estatísticas, INPS
Senedo, Mario	Grupo de trabalho Extensão de Cobertura, INPS
Tavares, Rita	Grupo de trabalho Extensão de Cobertura, INPS
Varela, Julian	Representante dos sindicatos, INPS
Veracruz, Marielos	Grupo de trabalho Extensão de Cobertura, INPS

---

## 1. Introdução

O presente documento surge da necessidade de disponibilizar ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) instrumentos analíticos orientados para determinar a situação da cobertura contributiva do INPS. Para além de providenciar um conjunto de análises, conclusões e recomendações, procuram identificar-se as próximas acções a empreender e o possível público-alvo a abranger com a extensão da cobertura contributiva do INPS.

Este processo integra os esforços realizados no âmbito do projeto de cooperação entre a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Governo da República Portuguesa, através do Ministério da Solidariedade e Segurança Social, e os países africanos de língua portuguesa. Este projeto de assistência técnica, denominado STEP/Portugal, tem como objetivo desenhar e implementar políticas e planos nacionais de extensão da proteção social, desenvolver ações que visam uma melhor coordenação de esforços para a consolidação da proteção social, o reforço da proteção social, o reforço das agendas nacionais e das competências dos atores da proteção social nos países de língua portuguesa.

Em 2009 e 2010, o STEP Portugal prestou assistência técnica ao INPS em várias áreas de reforço institucional. Na sequência das atividades desenvolvidas, em 2010, o INPS preparou um documento intitulado “Plano Operacional para a Extensão da cobertura do INPS”, que foi discutido com a participação de atores externos. Este plano define um conjunto de linhas de ação para o futuro, onde se inclui o desenvolvimento de uma cartografia da população que poderia ser coberta pelo INPS, utilizando estratégias diversas.

Para seguir esta estratégia, foi estabelecida como atividade para o ano de 2011 a realização de um estudo completo sobre a cobertura da segurança social, incluindo a elaboração de um mapeamento da população a ser integrada no sistema de segurança social, com recomendações específicas para promover a cobertura do INPS.

Este trabalho enquadra-se nas linhas de ação incluídas no Plano Operacional de Extensão da Cobertura. Representa um insumo essencial relativamente à Iniciativa do Piso de Proteção Social (I-PPS) da ONU e à Agenda de Trabalho Digno; sendo que, a primeira se debruça sobre a necessidade de garantir o acesso universal a transferências e serviços sociais, como os cuidados de saúde, a proteção na infância, as pensões universais e a garantia de um rendimento mínimo; e a segunda consagra e assume como uma necessidade e um direito assegurar a proteção social básica para as pessoas, assim como em muitas constituições nacionais e referências internacionais.

Muitos países em vias de desenvolvimento adotaram medidas efetivas para incorporar elementos relativos ao piso nacional de proteção social. Dos países que já colocaram em prática elementos da I-PPS, podem retirar-se as suas experiências e conhecimentos, não apenas durante as fases iniciais de planeamento do piso de proteção social, mas também nos esforços destinados à construção, extensão e reformulação dos seus sistemas de proteção social.

Este trabalho compreende seis capítulos, os quais foram elaborados com base em entrevistas, visitas e observações no terreno, fontes jornalísticas e de literatura

---

relacionada, processamento de bases de dados e registos estatísticos institucionais. O Capítulo 2 aborda uma descrição do cenário sociodemográfico e laboral, incluindo temáticas como pobreza, desenvolvimento e emprego. O Capítulo 3 apresenta uma breve descrição das principais políticas relacionadas com a extensão da segurança social, desenvolvidas pelo Estado cabo-verdiano ao longo dos últimos anos. Sendo o INPS a instituição mais importante em termos de segurança social em Cabo Verde, é desenvolvida no Capítulo 4 uma série de análises detalhadas relativas à cobertura do sistema contributivo, incluindo um mapeamento da população não segurada. O trabalho termina com conclusões e recomendações específicas no Capítulo 6.

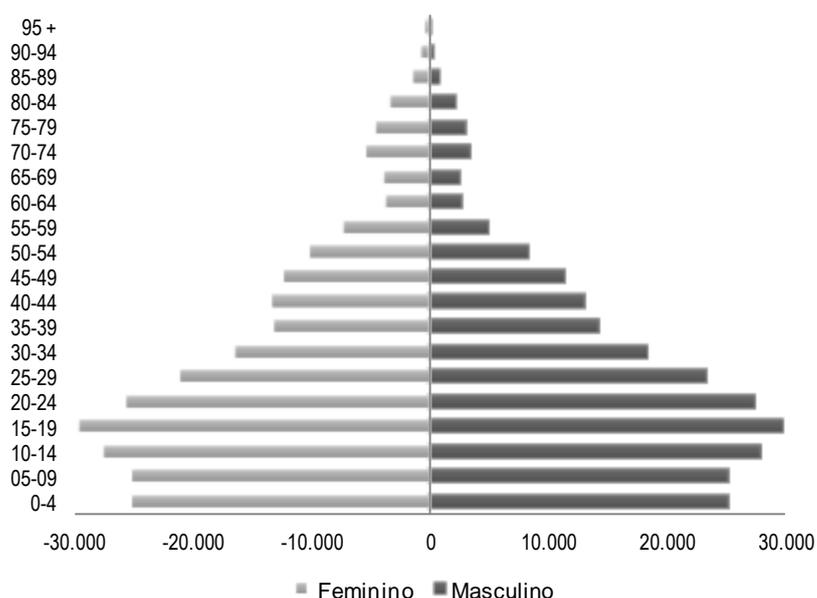
Os autores agradecem a todas as pessoas e entidades que, através do seu apoio e colaboração, tornaram possível a realização deste trabalho. É feito um agradecimento às autoridades do INPS, especialmente a sua Presidente Leonesa Fortes, mas também a Marco Oliveira (INPS), Frederic Dos Santos, Denise Nascimento (Área de Estatísticas e Atuária do INPS); ao Instituto Nacional de Estatísticas (INE), em particular ao seu Presidente António Duarte, pela preciosa colaboração no processamento das tabelas estatísticas, a Orlando Monteiro (INE) pelo seu apoio direto no processamento de dados; e a Ana Carolina Vieira e Joana Borges (OIT) pelo seu apoio no trabalho de edição deste documento.

## 2. Caracterização sociodemográfica

### 2.1 População: aspetos gerais

De acordo com o Censo 2010, a população de Cabo Verde é composta por 491 mil habitantes, distribuída pelo arquipélago cabo-verdiano, formado por 10 ilhas situadas na ponta mais ocidental do continente africano. Na Ilha de Santiago reside 56 por cento da população, seguindo-se as ilhas de São Vicente com 15,5 por cento, e Santo Antão com 8,6 por cento. A restante população está distribuída pelas demais ilhas que constituem o arquipélago.

Gráfico 1. Cabo Verde. População residente por grupo etário e sexo. 2010



Fonte: Elaborado com base no Censo 2010, INE.

Em relação à sua composição por grupos etários, 31,7 por cento da população cabo-verdiana tem menos de 15 anos de idade, 61,9 por cento tem entre 15 e 64 anos e 6,4 por cento tem 65 ou mais anos de idade. Esta composição determina que por cada 62 pessoas dependentes, há 100 pessoas ativas. Este valor do índice de dependência é significativamente inferior aos valores registados nos últimos censos,<sup>1</sup> o que, em termos de extensão da segurança social, é favorável para os seus principais programas.

Esta situação representa uma vantagem para o Seguro de Saúde do INPS, pois poderiam ser integradas pessoas com uma procura relativamente baixa de serviços de saúde, contribuindo assim para a sua sustentabilidade financeira no longo prazo. Por seu lado, para o Seguro de Invalidez, Velhice e Sobrevivência, é uma oportunidade ideal para integrar um conjunto amplo de segurados em idade economicamente produtiva, o que permite criar reservas no presente para fazer face a obrigações futuras, gerando-se assim

<sup>1</sup> Valor do Índice de dependência de acordo com os Censos: 1970=111; 1980=109; 1990=103; 2000=93.

---

regras de sustentabilidade financeira para o sistema. Do ponto de vista demográfico, seria um aproveitamento do bônus demográfico para o bem-estar social da população.

Relativamente à residência, 62 por cento da população de Cabo Verde habita em zonas urbanas, concentrada principalmente nos municípios de São Vicente, Sal e Praia. Comparativamente, 38 por cento da população reside em zonas rurais. Esta situação constitui uma vantagem no que diz respeito aos planos de alargamento dos programas de Segurança Social. Nesse sentido, e em relação à população rural, será necessário implementar estratégias alternativas que facilitem a sua integração.

Por seu lado, a dimensão média dos agregados familiares, indicador de grande importância para o Seguro de Saúde, é de 3,9 pessoas. Tal implica que, por cada novo segurado direto, há que prever prestações para, pelo menos, mais 2,75 pessoas (segurado direto mais os seus beneficiários) – o que é consistente com os dados sobre os beneficiários do Seguro de Saúde do INPS.

Segundo o Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-Estar de Cabo Verde de 2007, a população cabo-verdiana com 15 ou mais anos tem uma taxa de alfabetização de 79 por cento, apresentando uma diferença de quase 15 pontos percentuais entre os homens (87 por cento) e as mulheres (73 por cento). Esta diferença é menor quando se faz a comparação entre homens e mulheres da zona urbana relativamente aos que residem na zona rural.

Em Cabo Verde, 40 por cento da população tem um nível de instrução superior ao ensino primário, percentagem essa que é 3 pontos percentuais maior relativamente ao valor registado no ano de 2006 pelo mesmo questionário. De igual modo, verifica-se uma diminuição sustentada da percentagem de pessoas que nunca frequentaram nenhum estabelecimento de ensino formal.

A taxa de alfabetização é uma das mais altas da região subsariana e a que apresenta uma menor diferença quando comparada por sexo. É igualmente importante salientar que, entre a população dos 15-24 anos, a taxa de alfabetização atinge os 95 por cento da população, verificando-se o efeito inverso por sexo, uma vez que as mulheres apresentam uma percentagem maior de alfabetização comparativamente aos homens, independentemente da zona onde residem.

Esta situação poder ser considerada como uma oportunidade para as políticas de extensão da cobertura, uma vez que já foi demonstrado que quanto maior for o nível de instrução, maior é a propensão para que os trabalhadores se insiram no setor da economia que oferece empregos de maior qualidade, com aumentos reais ao longo do seu ciclo laboral; têm uma maior densidade contributiva, pois são menos afetados por períodos de desemprego longos; e integram setores económicos que cumprem as condições de formalidade da economia, tal como a inscrição na Segurança Social, o cumprimento de requisitos legais, a formalização dos procedimentos e a inscrição nos sistemas fiscais dos países.

Por outro lado, existindo um maior nível de alfabetização das mulheres, espera-se uma maior participação no mercado de trabalho, o que aumenta o número de possíveis inscritos na Segurança Social, já que normalmente as mulheres integram empregos de

melhor qualidade que, geralmente, têm associados benefícios da segurança social, oportunidades de desenvolvimento pessoal e económico.

## 2.2 Caracterização da População Economicamente Ativa

### 2.2.1 Estrutura e principais indicadores

No ano de 2009, 68 por cento da população cabo-verdiana com 15 ou mais anos – população em idade para trabalhar (PIT) – atingiu as 346 mil pessoas. Destas, 57,3 por cento (cerca de 198 mil pessoas), constituía a população economicamente ativa, a população empregada ou desempregada em relação à população total em idade para trabalhar. Os restantes 42,7 por cento, pouco mais de 148 mil pessoas, estavam inativos, onde se incluíam pensionistas, estudantes, pessoas que se dedicam aos trabalhos domésticos sem remuneração e pessoas com deficiência. Assim, a força de trabalho alcançou, em 2009, as 198 mil pessoas, das quais 173 mil estavam empregadas e 25 mil desempregadas (12,8 por cento). Da população empregada, 55,8 por cento trabalhava por conta de outrem (aproximadamente 96 mil pessoas), e apenas 28,6 por cento trabalhava de forma independente (50 mil pessoas).

Figura 1. Cabo Verde. População com 15 anos de idade ou mais segundo o status da atividade. 2009 (milhares de pessoas)



Nota: <sup>1</sup>Inclui trabalhador familiar sem remuneração e outra situação.

Fonte: Cálculos baseados no processo especial do Inquérito ao Emprego 2009, INE.

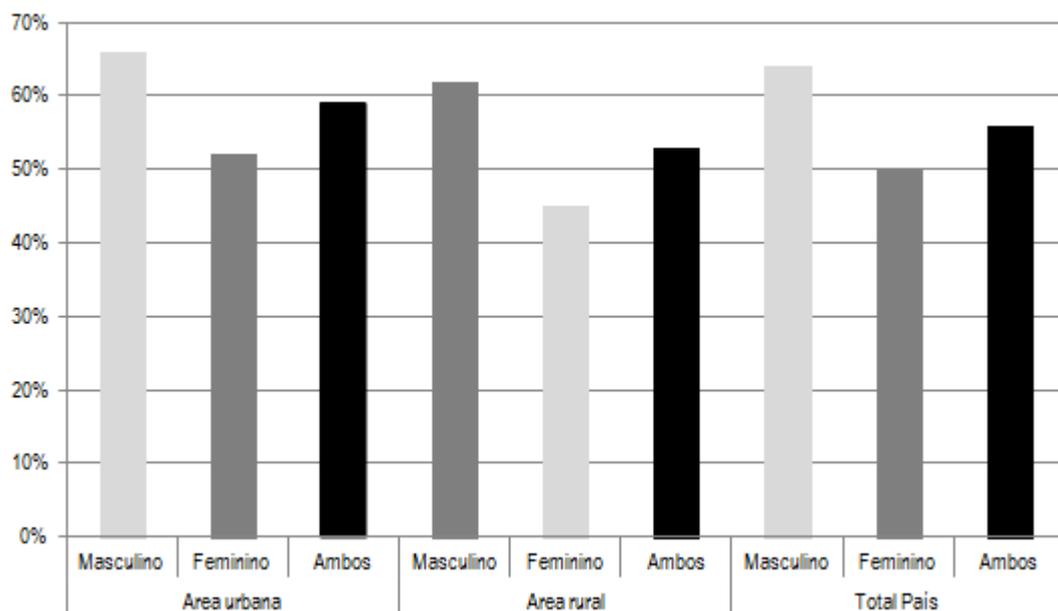
Os indicadores de inserção laboral na forma de emprego assalariado são comparativamente elevados no contexto regional e resumem, em grande medida, as características do mundo do trabalho em Cabo Verde. De um total de 173 mil pessoas economicamente ativas e empregadas durante o ano de 2009, cerca de 96 mil (55,8 por cento) acederam ao mercado produtivo como assalariados, nomeadamente como trabalhadores do setor privado, da administração pública ou de empresas do Estado.

Esta característica é benéfica para as iniciativas de extensão da cobertura, pois para este grupo de trabalhadores existe um conjunto de instrumentos desenvolvidos e experimentados com sucesso a nível internacional. Por outro lado, no caso dos trabalhadores não assalariados, dadas as suas próprias características, haverá a necessidade de aplicar medidas inovadoras de acordo com o desempenho de cada atividade.

Outra dimensão importante da caracterização da população economicamente ativa está relacionada com o local de residência dos trabalhadores. Constatam-se uma grande concentração em apenas duas freguesias, N. S. da Graça e N. S. da Luz – em São Vicente – agregando mais de 40 por cento da força de trabalho. Verificam-se, igualmente, diferenças significativas dependendo de se tratar de zonas urbanas (64 por cento) ou rurais (50 por cento). A concentração da força de trabalho em grandes centros urbanos é uma vantagem para a implementação dos planos de extensão da segurança social, reduzindo significativamente custos operacionais e permitindo aceder de forma muito mais rápida à população-alvo.

Por outro lado, a caracterização da força de trabalho em função do género apresenta também diferenças relevantes, mostrando uma diferença de, aproximadamente, 15 pontos percentuais na taxa de atividade a favor dos homens em relação à população feminina, tanto nas zonas urbanas como rurais.

**Gráfico 2. Cabo Verde. Taxa de participação na atividade económica por sexo segundo a área de residência. 2009**



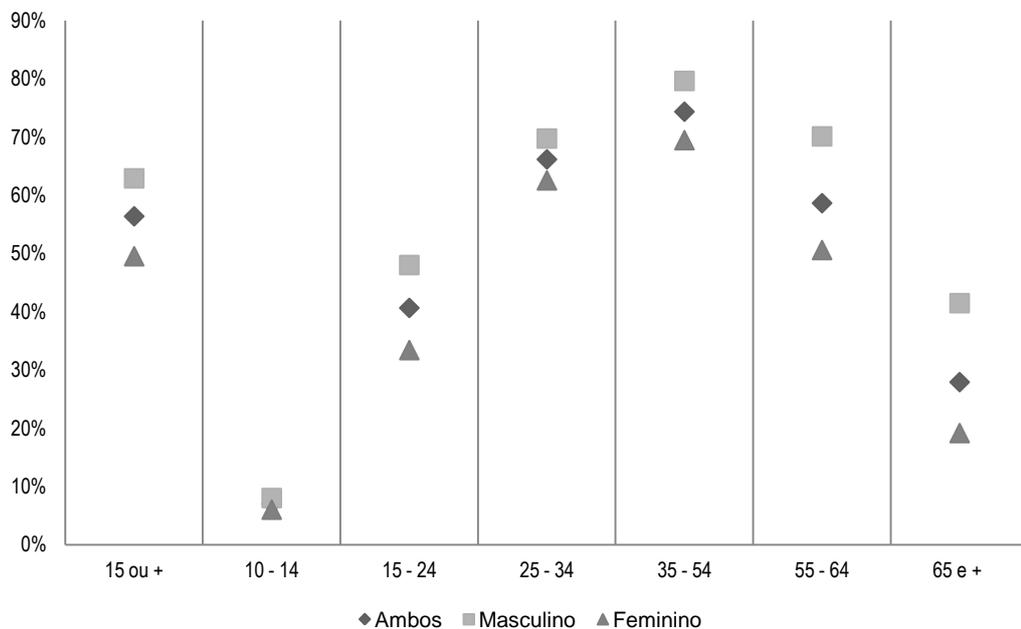
Fonte: Cálculos baseados no processo especial do Inquérito ao Emprego 2009, INE.

A distribuição das taxas de atividade segundo grupos etários mostra que a integração da população cabo-verdiana no mercado de trabalho ocorre em idades muito precoces. A participação na atividade económica das pessoas dos 10 aos 14 anos é da ordem de 7,1 por cento, com diferenças notáveis dependendo de se tratar de zonas urbanas (3,8 por cento) ou rurais (10,9 por cento). Esta situação revela a necessidade de estabelecer

mecanismos geradores de rendimento para os trabalhadores adultos, com o objetivo de reduzir a necessidade de as crianças trabalharem.

Atualmente, na África subsariana há mais de 65 milhões de meninos e meninas que efetuam trabalhos perigosos. Esta problemática está a ser fortemente combatida pelos Ministérios da Educação, os sindicatos, as organizações não-governamentais e os programas de cooperação internacional para o desenvolvimento, em especial através do projeto espanhol IPEC/AECID presente no Senegal, em Cabo Verde, no Mali e na Guiné-Bissau. De acordo com a experiência do Programa Internacional da OIT para a Erradicação do Trabalho Infantil (IPEC), o principal problema reside nas condições particulares de cada família e da necessidade que os pais têm da ajuda dos seus filhos, pelo que se defende que as políticas contra o trabalho infantil têm sucesso quando se atinge os empregadores – muitas vezes, os próprios pais – sem exercer coerção sobre eles e sem os ameaçar com a imposição de sanções.

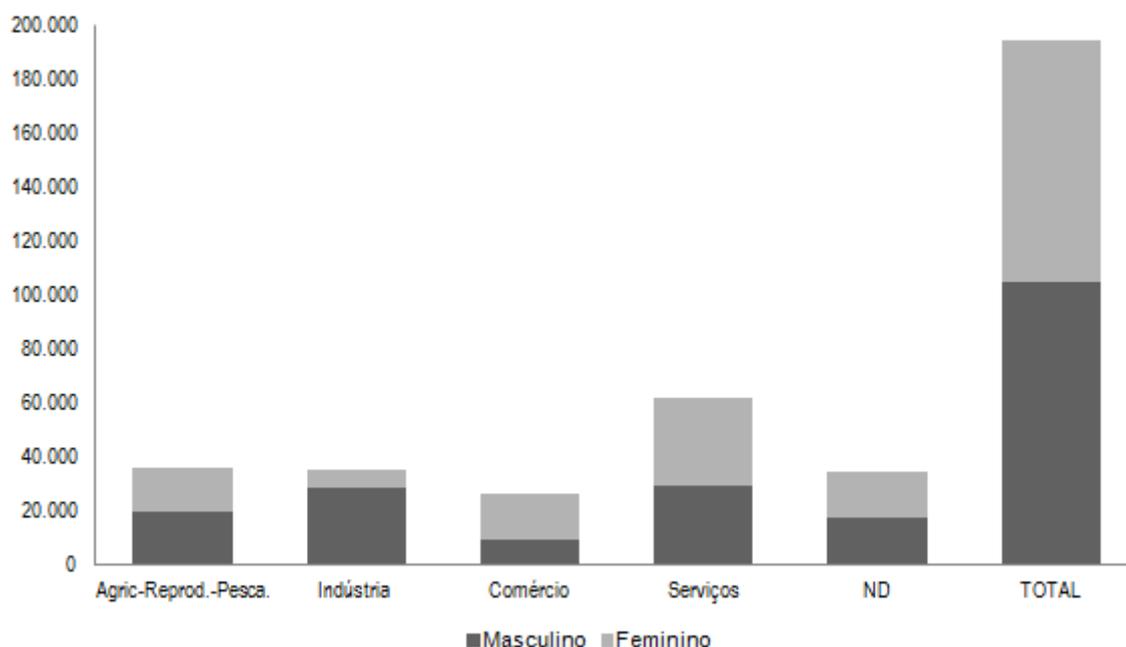
**Gráfico 3. Cabo Verde. Taxa de atividade económica por idade. 2009**



Fonte: Cálculos baseados no processo especial do Inquérito ao Emprego 2009, INE.

Como se pode observar no Gráfico 3, em Cabo Verde destacam-se os elevados níveis de participação na atividade económica da população juvenil até aos 24 anos de idade. Nas idades médias, entre os 25 e 54 anos de idade, as taxas de atividade são crescentes com a idade, para logo decrescerem nas idades adultas. É interessante salientar que a maior participação masculina se observa nas idades extremas – menos de 24 anos e mais de 55 anos de idade – verificando-se diferenças que chegam aos 22 pontos percentuais. Nas idades centrais, as diferenças são inferiores a 10 pontos percentuais.

**Gráfico 4. Cabo Verde. População economicamente ativa por ramo de atividade e sexo. 2009**



Fonte: Cálculos baseados no processo especial do Inquérito ao Emprego 2009, INE.

A distribuição da PEA cabo-verdiana por ramo de atividade mostra uma economia maioritariamente de serviços, setor que agrega mais de 30 por cento da força de trabalho. Seguem-se os setores da agricultura, pecuária e pesca, e a indústria, que agrupam cerca de 18 por cento da PEA cada um. Destaca-se a incidência da mulher nos setores dos serviços e do comércio. Por seu lado, nos setores da agricultura, pecuária e pesca, e da indústria, a participação masculina duplica em relação à participação feminina.

### 2.2.2 Dimensão e evolução histórica

A evolução da população cabo-verdiana com 15 anos ou mais sofreu, nos últimos 20 anos, um crescimento significativo de cerca de 85 por cento. Este crescimento populacional não foi acompanhado por um crescimento semelhante da população economicamente ativa que, com uma variação de 59 por cento entre extremos, apresentou fases de expansão e contração. Essa situação gera grandes dificuldades no mercado de trabalho, levando a que uma parte significativa da população em idade para trabalhar se encontre no desemprego, emigrado ou em situação de inatividade devido ao desalento causado pela procura infrutífera de emprego.

**Quadro 1. Cabo Verde. Evolução da população com 15 anos de idade ou mais segundo o status da atividade. 1990-2009**

<b>Status da actividade</b>	<b>1990</b>	<b>2000</b>	<b>2005</b>	<b>2009</b>
População com 15 anos de idade ou mais	187.968	251.863	260.226	345.956
População activa	122.064	171.313	166.356	198.077
População inactiva	65.904	80.550	93.870	147.879
População empregada	91.015	141.725	125.745	172.673
População desempregada	31.049	29.588	40.611	25.404
Percentagem população inactiva (%)	35,1	32	36,1	42,7
Percentagem população activa (%)	64,9	68	63,9	57,3
Taxa emprego (%)	74,6	82,7	75,6	87,2
Taxa desemprego aberto (%)	25,4	17,3	24,4	12,8

Fonte: Cálculos baseados no Inquérito ao Emprego 2009 e Estudo-Diagnóstico sobre o Mercado de Emprego em Cabo Verde 2008 (MQE).

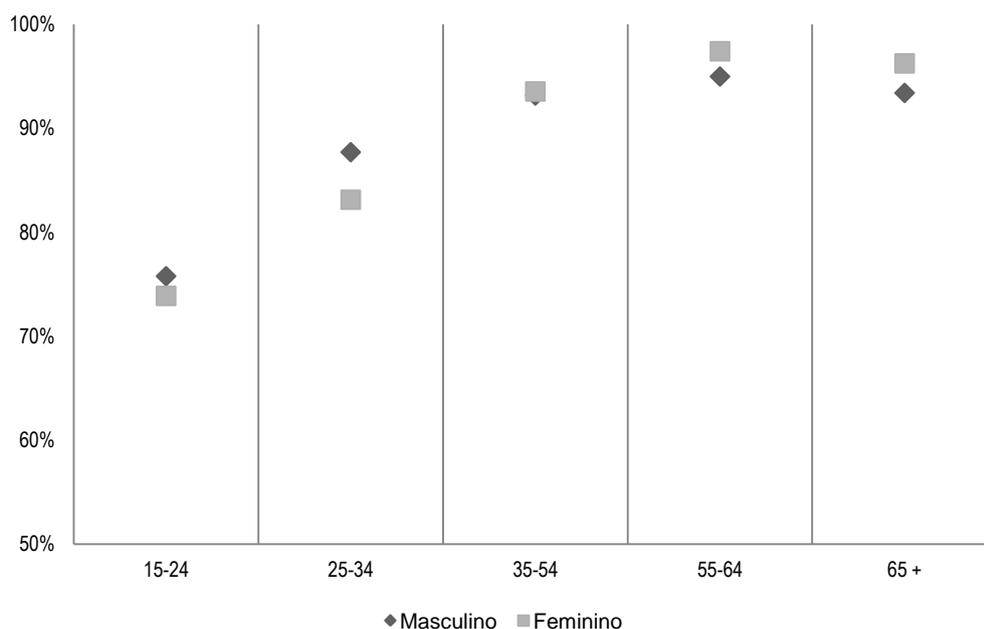
Apesar do que foi exposto anteriormente, pode observar-se um crescimento significativo do número de postos de trabalho neste período (86 por cento), o qual contribuiu para a redução para metade da taxa de desemprego relativamente à registada há duas décadas. Assim, a taxa de desemprego reduziu consideravelmente de 25,4 por cento em 1990 para 12,8 por cento em 2009.

Muitas vezes a economia informal constitui uma resposta aos elevados índices de desemprego causados principalmente pelos desequilíbrios estruturais do mercado de trabalho. Desta forma, manter uma taxa de desemprego baixa é fundamental para alargar os programas de segurança social a mais pessoas, por períodos mais prolongados de tempo.

### **2.2.3 Emprego e desemprego**

Pode observar-se no Gráfico 5 que a taxa de emprego não apresenta diferenças por sexo. Nos homens, a taxa de emprego é de 87,2 por cento, enquanto nas mulheres é de 86,8 por cento. No entanto, se se analisar o emprego por grupos etários, aí sim encontram-se algumas diferenças. Na população entre os 15 e 24 anos de idade a taxa de emprego é de 75,0 por cento, entre os 25 e 34 anos aumenta para 85,6 por cento, enquanto entre os 35 e 54 anos é de 90,1 por cento, e entre os 55 e 64 anos atinge os 96,2 por cento. A partir dos 65 anos de idade (94,4 por cento), a taxa de emprego começa a decrescer.

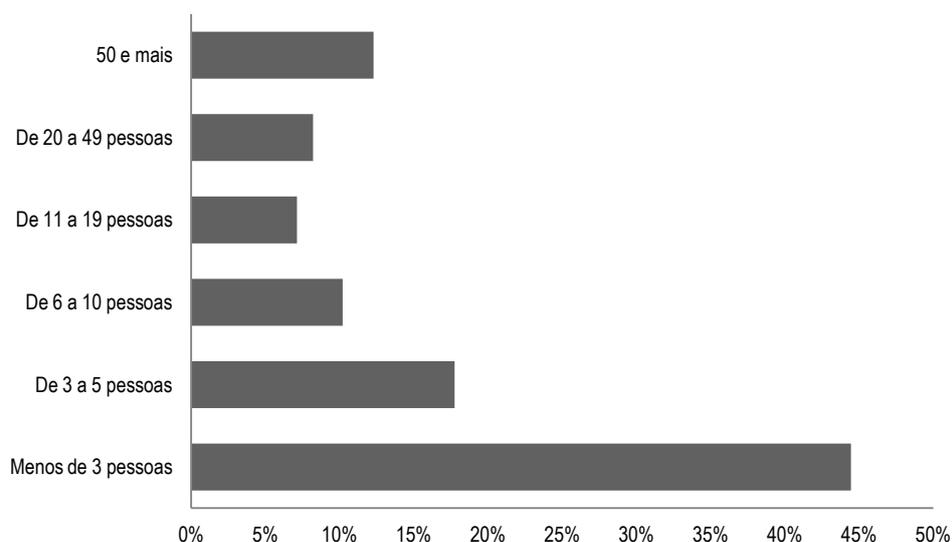
**Gráfico 5. Cabo Verde. Taxa de emprego por idade segundo o sexo. 2009**



Fonte: Cálculos baseados no processo especial do Inquérito ao Emprego 2009, INE.

Uma vez que a taxa de emprego aumenta com a idade, a extensão da Segurança Social poderia constituir uma boa oportunidade para que um grupo alargado de pessoas em idades produtivas possa consolidar direitos, especialmente os direitos previdenciários. Por outro lado, o baixo número de grandes empresas que geram emprego é um fator a ter em consideração. Como se pode observar no Gráfico 6, cerca de 45 por cento do emprego é gerado em empresas com menos de 3 pessoas – microempresas que, em geral, demonstram uma baixa cobertura de segurança social.

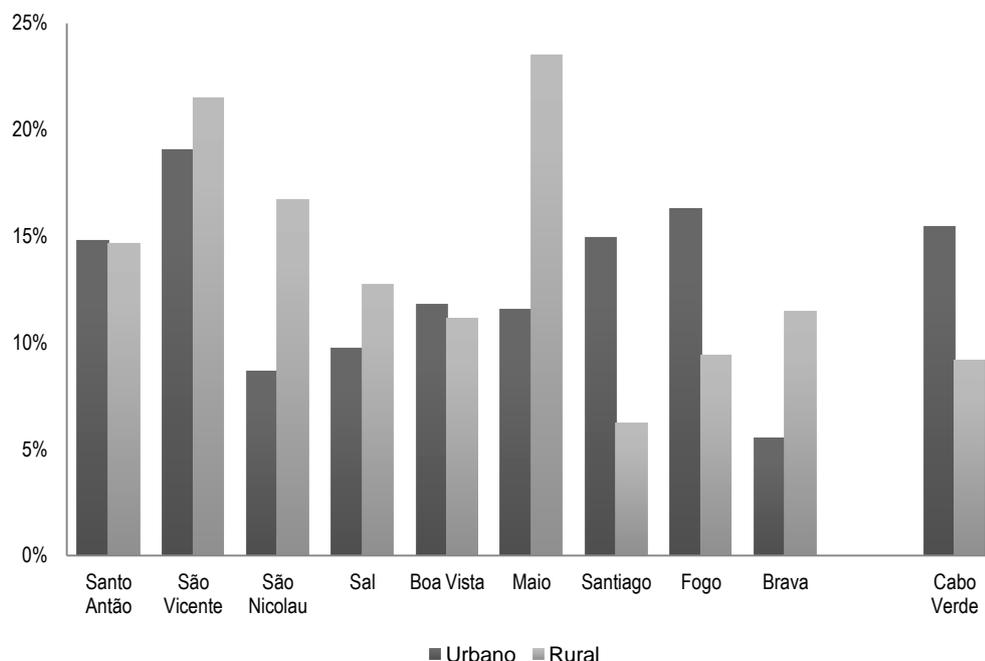
**Gráfico 6. Cabo Verde. População empregada de acordo com o número de trabalhadores que tem o seu trabalho. 2009**



Fonte: Cálculos baseados no processo especial do Inquérito ao Emprego 2009, INE.

Por seu lado, a taxa de desemprego em Cabo Verde atinge os 12,8 por cento da população economicamente ativa, o que equivale a cerca de 25 mil pessoas. Como se pode observar no Gráfico 7, o desemprego rural é superior ao urbano em cinco das ilhas que compõem o arquipélago. Em média, a taxa de desemprego urbano situa-se na ordem dos 15,2 por cento e a rural nos 8,8 por cento.

**Gráfico 7. Cabo Verde. Taxa de desemprego por freguesia segundo o local de residência. 2009**



Fonte: Cálculos baseados no processo especial do Inquérito ao Emprego 2009, INE.

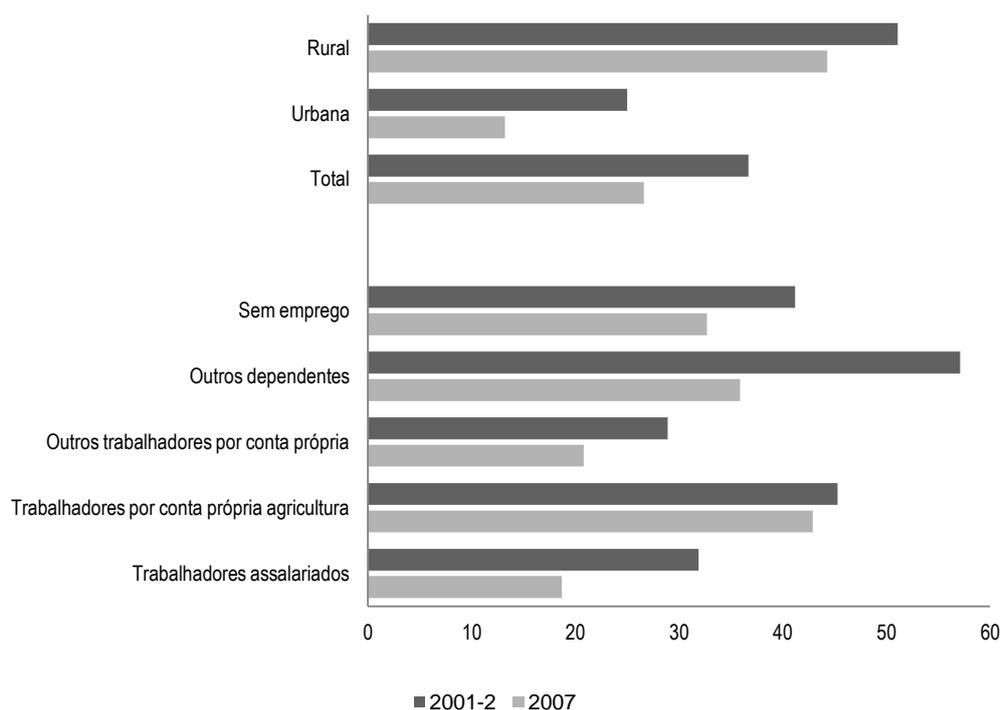
É necessário precisar que uma elevada taxa de desemprego é um indicador que não favorece as iniciativas de extensão da segurança social, nem a consolidação de direitos de aposentadoria, uma vez que limita o tempo contributivo durante um período da fase ativa dos trabalhadores. É também um fator determinante para os trabalhadores perante negociação salarial e o empoderamento de direitos laborais quando são estabelecidas novas relações de trabalho.

#### 2.2.4 Pobreza e desenvolvimento

Em Cabo Verde, o nível de pobreza diminuiu consideravelmente nos últimos 15 anos, tendo caído para quase metade a percentagem de pessoas que vivem em pobreza extrema, assim como a percentagem de pessoas que vivem abaixo do nível da dieta mínima. De acordo com estimativas do INE para o ano de 2007, considerou-se que a nível nacional 27 por cento da população é pobre e 14 por cento é indigente.<sup>2</sup>

<sup>2</sup> PNUD, 2010.

**Gráfico 8. Cabo Verde. Tendências na pobreza. 2001-02 e 2007**



Fonte: Baseado em dados do Instituto Nacional de Estatística.

A pobreza é um fenómeno que muitas vezes está relacionado com as condições de emprego da população. Em Cabo Verde, cerca de 64 por cento dos rendimentos familiares provém dos salários<sup>3</sup>, o que coloca o desemprego como um determinante importante de pobreza. No ano de 2007, cerca de 20 por cento dos trabalhadores eram pobres, enquanto a taxa de pobreza para os desempregados foi de quase 32 por cento.

Do mesmo modo, o setor onde a pessoa se encontra empregada também pode ser um determinante chave para o seu bem-estar económico. Trabalhadores por conta própria do setor da agricultura, por exemplo, apresentam uma taxa de pobreza elevada (43 por cento), muito superior aos restantes trabalhadores por conta própria (21 por cento) e aos trabalhadores assalariados (19 por cento). Assim, o emprego, e essencialmente o emprego de qualidade, é um elemento chave para a luta contra a pobreza.

Por seu lado, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0.568<sup>4</sup>, o que coloca o país na posição 133 dos 187 países para os quais estão disponíveis dados comparáveis. O IDH da África subsariana passou de 0.365 em 1980 para 0.463 em 2011, pelo que Cabo Verde se situa acima da média da região.

Estes progressos significativos permitiram que estejam a ser alcançados em Cabo Verde a maioria dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), especialmente os relativos à erradicação da pobreza, à saúde, à educação e ao género. Embora falte ainda

<sup>3</sup> Ministério da Qualificação e Emprego (2008), Estudo/Diagnóstico sobre o mercado de emprego em Cabo Verde, página 44.

<sup>4</sup> PNUD, Relatório do Desenvolvimento Humano 2011.

---

atingir o objetivo de conseguir uma educação primária universal, foi alcançada uma paridade de género na educação primária e secundária, e o nível de frequência é maior entre as meninas que entre os meninos.<sup>5</sup>

O país está a caminhar na direção do cumprimento do ODM número cinco – reduzir a mortalidade infantil de 57 mortes por 1000 nados-vivos em 1995 para 21 em 2010. Isto deve-se, em grande medida, à duplicação da percentagem de partos assistidos por um profissional de saúde idóneo e à melhoria dos programas destinados à saúde geral e à nutrição das mulheres grávidas.

Através de uma campanha intensiva a nível nacional, foram identificadas e vacinadas as crianças das regiões mais isoladas de Cabo Verde, o que teve como resultado o aumento das taxas de imunização de 73 por cento em 2008 para 94,4 por cento em 2009. Por outro lado, o Governo tornou possível uma aproximação dos serviços primários de saúde aos cidadãos, graças ao qual 76 por cento das famílias de Cabo Verde vivem a uma distância não superior a 30 minutos de um centro de saúde.

Para alcançar um desenvolvimento humano sustentável, seria muito favorável se a sociedade cabo-verdiana continuasse a participar ativamente na infraestrutura de competências institucionais, como a educação, a saúde, a habitação, o transporte, as comunicações e tudo aquilo que permita a cada uma das pessoas ter o direito a uma melhor qualidade de vida. Seria extremamente importante que estas políticas sociais, direcionadas especificamente para o alívio da pobreza, estivessem articuladas dentro da rede de programas de segurança social.

As instituições de Segurança Social, do ponto de vista do desenvolvimento humano, têm como objetivo proporcionar ao indivíduo uma melhor qualidade de vida. Se para o desenvolvimento humano “o que importa é que todos tenham um acesso igual às oportunidades de desenvolvimento agora e no futuro”<sup>6</sup>, para a Segurança Social a prioridade é planear um futuro melhor através dos benefícios e dos serviços que todos os segurados podem gozar e que lhes podem garantir uma vida saudável e plena.

A Segurança Social, como elemento fundamental da Proteção Social, “destina-se aos riscos sociais que ameaçam os cidadãos e as famílias às quais pertencem: desemprego, doença, invalidez, pobreza na velhice, viuvez”<sup>7</sup>. Se os problemas como o desemprego e a pobreza afetam o desenvolvimento sustentável dos países, e em particular Cabo Verde, alargar a segurança social é uma via para gerar e salvaguardar o “capital humano” capaz de melhorar os níveis de vida da sociedade. As instituições de segurança social não são apenas um instrumento útil para a economia, são, antes de mais, uma garantia de qualidade de vida para as pessoas.

---

<sup>5</sup> PNUD, 2011.

<sup>6</sup> PNUD, 2000.

<sup>7</sup> Chever, 1998.

---

### 3. Políticas de extensão da cobertura

#### 3.1 Estratégias e ações

A República de Cabo Verde estabeleceu no seu Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza II (2008), a intenção da universalização progressiva da Cobertura da Proteção Social no país. Embora a taxa de cobertura pelo sistema de segurança social seja superior à de muitos países em África, subsistem em Cabo Verde categorias de trabalhadores ainda não cobertas pela segurança social contributiva e obrigatória, que é fornecida neste país pelo Instituto Nacional de Previdência Social, INPS.

Neste sentido, as novas leis 47- 48 e 43/2009, de 23 de novembro de 2009, dotaram essa instituição de um quadro legal que lhe permite cumprir o princípio de universalização da segurança social no país, ao enquadrar os trabalhadores por conta própria e os trabalhadores domésticos a título obrigatório no INPS.

Em resposta a um pedido do Ministério da Juventude, Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos, e do INPS, o projeto STEP Portugal propôs uma assistência técnica à formulação de um plano operacional de extensão da segurança social, com vista à aplicação dos diplomas na prática.

O objetivo geral do Plano Operacional de Extensão da Segurança Social do INPS é a extensão efetiva da população coberta aos trabalhadores por conta de outrem (caso dos domésticos), aos independentes, aos informais e a outros segmentos da população ativa cabo-verdiana. Cinco objetivos específicos foram identificados no que respeita o Plano:

- i) Desenvolver instrumentos técnicos.
- ii) Sensibilizar a opinião pública de Cabo Verde sobre a necessidade e as vantagens do acesso à cobertura do seguro social, melhorar a imagem corporativa do INPS e desenvolver ações de comunicação e de inscrição, a nível nacional, focalizadas nos grupos alvo prioritários e abrangendo as novas camadas da população (setor rural e informal).
- iii) Reformar o quadro regulamentar, relativo ao âmbito de aplicação (cobertura) do INPS, para atender às necessidades colocadas pelo alargamento da cobertura social.
- iv) Reforçar a capacidade institucional do INPS para uma maior cobertura ao nível da sua estrutura organizacional, processos internos e sistemas de informação.
- v) Reforçar a situação financeira e atuarial do INPS, para garantir a sustentabilidade económica dos programas de alargamento a curto, médio e longo prazos.

O plano de atividades para o ano 2010 estabeleceu como eixo de intervenção do INPS o alargamento da proteção social. Esta situação permitiu uma nova dinâmica, tendo sido adotada uma estratégia proactiva para a questão da cobertura (sensibilização, informação, visitas, rádio, etc.), principalmente no que diz respeito à cobertura de grupos de trabalhadores independentes.

---

Com base em documentos de orientação técnica foi assumido o compromisso de serem desenvolvidas ações concretas no terreno. Através da ação de forma sistémica e consistente, o projeto de alargamento e a obrigatoriedade de inscrição afirmaram-se junto do público em geral e dos principais sujeitos.

Numa primeira fase, a intervenção foi focalizada nos grupos profissionais com maior facilidade de relacionamento com o INPS e nos grupos cujas atividades são desenvolvidas nos centros urbanos e em espaços físicos com concentração, mesmo que periódica, como por exemplo os feirantes, pescas e venda de pescado, entre outros.

Nesta estratégia, mereceu especial atenção a intervenção junto de outros operadores económicos que actuam em espaço físico identificado, como sejam comerciantes/mercearias, bares, barbearias, sapatarias, salões de cabeleireiros, etc. As ações estiveram sujeitas a uma forte coordenação com a Fiscalização e as entidades licenciadoras.

Na segunda fase, foi priorizada a importância que as Associações de Desenvolvimento Social e Comunitário, enquanto agentes de animação e do desenvolvimento social e económico, podem ter no processo de alargamento da proteção social.

Finalmente, na terceira fase, a prioridade vai para a intervenção nas zonas rurais e em certos grupos profissionais, impondo-se uma estratégia de intervenção que seja facilitadora da aproximação do INPS. Neste caso o estabelecimento de parcerias com diferentes agentes de desenvolvimento e ou associações comunitárias de desenvolvimento, Sindicatos, Instituições religiosas, entre outras, constituem a peça-chave do sucesso.

Nesse sentido, e perante a constatação de que a maior parte do problema de cobertura está relacionada com a informação e a cultura da população sobre a importância de fazer parte da segurança social, deu-se início ao programa de rádio do INPS. Por um lado, pretende-se que os conteúdos reflitam os grandes eixos do desenvolvimento do sistema de proteção social e do INPS, incorporados no projeto de alargamento da cobertura, nos benefícios sociais, na modernização estrutural e tecnológica, com uma abordagem simples e coerente. Por outro lado, o programa deve permitir o diálogo entre os diferentes atores do sistema (contribuintes, beneficiários, e instituições/operadores, etc.) gerando uma dinâmica interativa.

Descrição das ações:

#### *Fase I*

- i) Levantamento do número de trabalhadores inscritos por região e grupo profissional;
  - a. Contactos com Câmaras Municipais, Direção de Transportes Terrestres, Associações ou outras, para levantamento de informações sobre os operadores de transportes terrestres titulares de licença de exploração.

- 
- b. Contactos com as Ordens de (Médicos, Engenheiros, Advogados, Arquitetos, Artistas, etc.) para levantamento dos profissionais inscritos nas Ordens e dos que estão ativos no país;
  - ii) Análise e verificação das informações com o ficheiro de pessoas inscritas no INPS;
  - iii) Elaborar o plano de contactos visando a inscrição com base na listagem dos excluídos, com metas previamente definidas por grupo profissional;
  - iv) Desencadear o processo de contactos através de nota de esclarecimentos e envio de informação de suporte sobre o regime, elaborar plano de encontros de sensibilização com grupos específicos, campanha de informação nos órgãos de comunicação social, e a realização de programas radiofónicos, entre outros;
  - v) Produzir relatórios bimensais de evolução de inscrição.

#### *Fase II - Desenvolvimento de Parcerias e Cooperação Institucional*

- i) Realizar encontros com a Plataforma, PNLP, Sindicatos, Direção Geral de Pescas, etc., para análise e preparação do quadro orientador do desenvolvimento das parcerias e de cooperação;
- ii) Realizar ações de sensibilização e de formação sobre o alargamento dirigido às Comissões de Parceiros nos Concelhos enquanto estruturas de intervenção no programa de luta contra a pobreza;
- iii) Retomar o processo de relacionamento com os Sindicatos e estabelecer o quadro de intervenção partilhada enquanto “facilitador”.
- iv) Contratualizar um animador capaz de estabelecer de forma permanente a intermediação entre o INPS e os sujeitos, designadamente ao nível das feiras e mercados.
- v) Explorar as disponibilidades de adesão das Instituições religiosas no desenvolvimento da cooperação com o INPS, no quadro das atividades marcadamente sociais por elas desenvolvidas com pessoas e grupos específicos;

#### *Fase III*

- i) Levantamento das potencialidades existentes em cada Concelho/região: identificar as lideranças e definir os interlocutores para o desenvolvimento do processo;
- ii) Realizar um programa de educação e sensibilização sobre a proteção social, de forma coordenada com grupos diferentes e com interesses específicos. A intervenção não deve ser realizada de forma avulsa mas sim estruturada para a consolidação de resultados em cada região. Para o efeito, deverão ser eleitas

---

algumas regiões-piloto, nomeadamente nas Ilhas de Santiago, Fogo e Santo Antão.

- iii) Encetar contactos com Centros de Formação Profissional visando ações de sensibilização e educação dos formandos sobre a importância da proteção social e as responsabilidades individuais de cada profissional no seu garante. Uma abordagem sobre a sua integração curricular deve ser visada.

Para assegurar e promover todas as ações relacionadas com o alargamento e extensão da proteção social, seria interessante criar uma estrutura interna, seja na forma de unidade orgânica ou outra mais adequada, visando a extensão da população coberta, seja em relação aos trabalhadores por conta de outrem, aos independentes, aos informais e a outros segmentos da população ativa cabo-verdiana.

## **4. A cobertura contributiva do INPS**

Os valores usados para a análise da cobertura do INPS apresentados nesta parte do estudo são baseados nos valores retirados do Inquérito ao Emprego do ano 2009 (INE), processados pelos técnicos do INPS para efeitos de estimativa das taxas de cobertura. Importa esclarecer que as estimativas de indicadores que resultam exclusivamente dos inquéritos aos agregados familiares apresentam algumas diferenças em relação aos valores provenientes dos registos institucionais, o que pode ser explicado ou por algum tipo de problema nos sistemas de informação do INE ou pelos desvios próprios da metodologia de amostra usada nos inquéritos aos agregados familiares. No entanto, as diferenças não são suficientemente significativas e, portanto, não invalidam as análises resultantes. Contudo, realça-se que nesta análise foram utilizadas ambas as fontes (INE e dados administrativos do INPS).

### **4.1 Definição do campo de aplicação pessoal**

O sistema de proteção social em Cabo Verde é composto por diferentes regimes: um regime contributivo (Proteção Social Obrigatória), um regime não contributivo (Rede de Segurança) e um regime especial (Proteção Social Complementar). Todo o sistema de proteção social está sob a tutela do Ministério da Juventude, Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos. A sua gestão é dividida entre o Instituto Nacional de Segurança Social (INPS) e o Centro Nacional de Pensões Sociais (CNPS).

A Proteção Social Obrigatória, regida pela Lei n.º 13/V/2001 de 22 de janeiro de 2001, baseia-se na lógica do seguro e pressupõe os princípios e valores da solidariedade, universalidade, equidade social, igualdade, discriminação positiva, economia, eficiência e efetividade. Dá cobertura aos trabalhadores por conta de outrem ou por conta própria, onde se incluem funcionários, funcionários públicos e as autoridades das instituições públicas.

O regime protege os trabalhadores e as suas famílias em situação de ausência ou diminuição da capacidade de trabalho (doença, maternidade, paternidade, adoção, aposentadoria, invalidez), em caso de desemprego involuntário e morte. Compensa igualmente as despesas familiares. A Proteção Social Obrigatória é financiada pelas

contribuições dos trabalhadores públicos e privados e, quando é o caso, pelas entidades empregadoras. A sua administração está a cargo do INPS, instituição autónoma administrativa e financeiramente e com património próprio.

## 4.2 Dimensão e evolução histórica

Um dos principais desafios que enfrenta o sistema de segurança social em Cabo Verde é a sua baixa cobertura. No entanto, é importante destacar que durante as duas últimas décadas a evolução da cobertura do INPS relativamente à PEA ou força de trabalho deu provas de uma melhoria significativa. No período entre 2000 e 2009, o crescimento da PEA, e da PEA empregada, foi acompanhado por um crescimento sustentado da população coberta pelo INPS. Do mesmo modo, os indicadores de cobertura que daí resultam crescem em todo o período entre 80 por cento (percentagem de cobertura da PEA empregada) e 90 por cento (percentagem de cobertura da PEA empregada). Com base nesta tendência animadora, deveriam ser redobrados os esforços para melhorar, ainda mais, os elevados índices de desproteção existentes.

**Quadro 2. Cabo Verde. Evolução da PEA e da população com cobertura do INPS. 2009**

Descrição	1983	1990	1996	2000	2005	2006	2008	2009	2010
PEA	92.508	122.064	136.000	174.664	180.893	183.254	198.855	194.368	198.465
Segurados	10.234	17.766	16.111	37.500	27.214	40.621	57.752	61.936	68.239
% Segurados /PEA	11,1%	14,6%	11,8%	21,5%	15,0%	22,2%	29,0%	31,9%	34,4%

Fonte: Cálculos baseados no processo especial do Inquérito ao Emprego 2009, INE; Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), estimativas e dados administrativos. Censos, INE.

No ano de 2009, quando se calcula a cobertura em relação à PEA, o índice de segurados contribuintes ativos situa-se num valor na ordem dos 34 por cento. Isto significa que, em cada 100 pessoas em atividade económica, cerca de 66 não contribuem para a segurança social.

A falta de acesso à cobertura da segurança social representa para milhares de cabo-verdianos um pesado fardo económico e social que dá continuidade à marginalização e à pobreza.

Em termos práticos, este problema manifesta-se de várias formas, afetando os direitos humanos de diversas maneiras: falta de proteção perante os riscos de doença (incluindo as perdas temporárias de rendimento que a doença e a falta de acesso a um cuidado integral de saúde implicam), condições inadequadas de segurança e saúde no trabalho, e que se refletem em elevados índices de acidentes, doenças e mortes por razões de trabalho, mortalidade infantil e juvenil; em geral, condições de incerteza económica que afetam diretamente o bem-estar familiar.

**Quadro 3. Cabo Verde. População com cobertura do INPS. 2009**

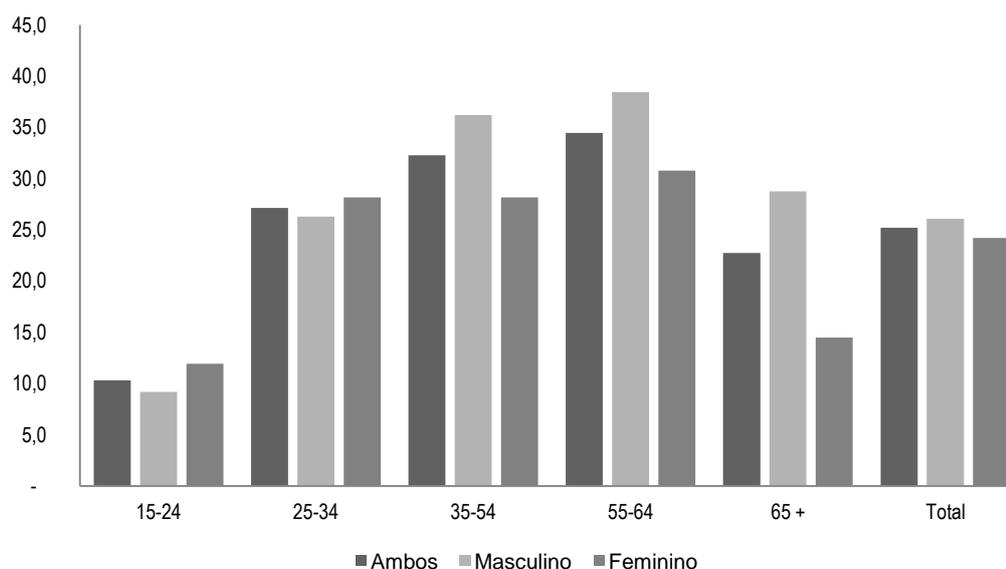
<b>População / Cobertura</b>	<b>Masculino</b>	<b>Feminino</b>	<b>Total</b>
<b>População ativa de 15 anos e +</b>	107.089	90.989	198.077
Urbano	66.008	55.805	121.812
Rural	41.081	35.184	76.265
<b>Com cobertura do INPS:</b>	27.276	21.313	48.589
Urbano	22.181	17.740	39.921
Rural	5.095	3.573	8.668
<b>Com cobertura do INPS (%):</b>	25,5	23,4	24,5
Urbano	33,6	31,8	32,8
Rural	12,4	10,2	11,4

Fonte: Cálculos baseados no processo especial do Inquérito ao Emprego 2009, INE.

O défice na cobertura contributiva da força de trabalho supõe a formação de um passivo social – e fiscal – que, se não for resolvido rapidamente, implicará condicionamentos em termos económicos e sociais. Assim, o que não for possível financiar hoje por meio de instrumentos baseados na participação contributiva, o Estado deverá aumentar o financiamento dos instrumentos de proteção não contributivos direcionados aos cabo-verdianos e cabo-verdianas desprotegidos no futuro.

A exclusão da segurança social (Quadro 3) é um fenómeno que afeta em maior medida as mulheres. Conseguem ter acesso à cobertura da segurança social 23,4 por cento das mulheres, contra 25,5 por cento para os homens. Esta desigualdade de género constata-se a partir das idades médias e mantém-se acentuada nos grupos de maior idade (Gráfico 9), o qual é consistente com a menor inserção das mulheres no mercado de trabalho.

**Gráfico 9. Cabo Verde. População com cobertura do INPS por idade segundo o sexo. 2009 (Em percentagens da PEA)**

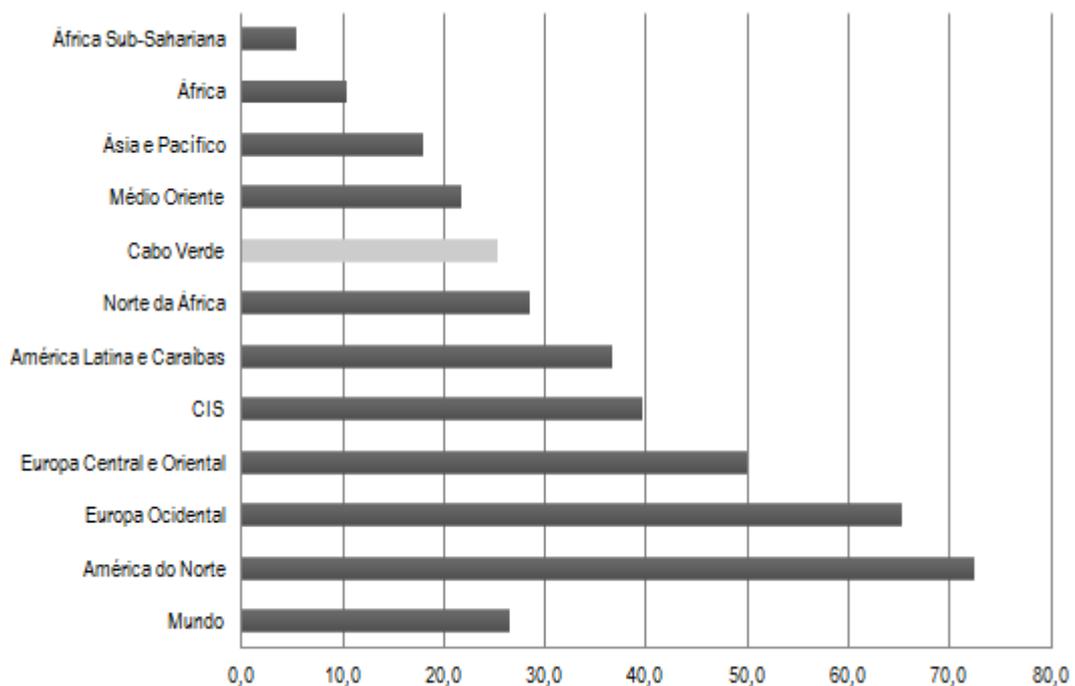


Fonte: Cálculos baseados no processo especial do Inquérito ao Emprego 2009, INE.

No entanto, a melhoria da média de anos de ensino entre as mulheres é uma variável que lhes permite a inserção no mercado de trabalho em condições mais favoráveis, no que diz respeito às mulheres trabalhadoras. Por essa razão, existem mais homens do que mulheres que fazem parte da PEA e não pagam as contribuições, o que indica que as mulheres integram postos de trabalho com maiores garantias laborais –em grandes empresas de manufatura e hotelaria, e no setor público.

Uma inserção de maior qualidade das mulheres no mercado de trabalho, ou seja, com direitos laborais plenos, não só representa um aumento da cobertura como também apresenta vantagens relativas para a situação financeira da segurança social, diminuindo o número de dependentes por segurado direto. Esta situação gera, para o INPS, uma menor pressão sobre os recursos destinados a responder às necessidades de saúde e outros benefícios. Do ponto de vista da previdência, é também vantajoso, pois permite que um maior número de mulheres aceda à cobertura de velhice com rendimentos próprios.

**Gráfico 10. Cobertura contributiva da força de trabalho – comparação internacional (em percentagem)**



Nota: 1/ Para Cabo Verde, estimou-se a cobertura com base no Inquérito ao Emprego 2009, para os restantes países foi usada a informação do World Social Security Report 2010.

Fonte: Cálculos baseados no processo especial do Inquérito ao Emprego 2009, INE; e *World Social Security Report 2010*. ILO

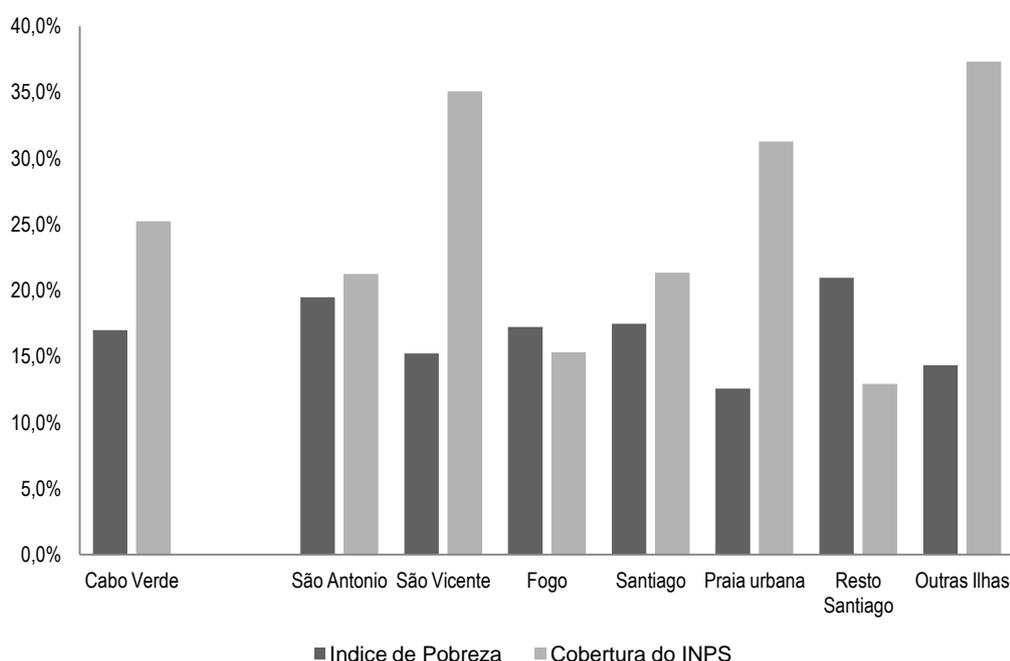
Do ponto de vista do desempenho da cobertura, é muito importante obter cálculos comparativos com outros países. O Gráfico 10 mostra os indicadores de cobertura contributiva, ou seja, a cobertura que resulta da vinculação com o trabalho, medida em relação à população economicamente ativa em diferentes regiões no mundo. Comparando com os restantes países do continente africano, Cabo Verde situa-se entre os países com mais elevada cobertura contributiva da segurança social, estando inclusive acima de países que têm níveis semelhantes de economia informal. Contudo, tal não

indica que não seja possível alargar a cobertura e aproximar-se aos níveis apresentados noutras regiões do mundo.

### 4.3 Indicadores de cobertura

Um fenómeno típico em todos os países em desenvolvimento é a concentração da população protegida nos estratos de maiores rendimentos. Com base nos resultados obtidos em estudos sobre pobreza e cobertura geográfica de Cabo Verde<sup>8</sup> pode analisar-se a relação entre a pobreza e a cobertura da segurança social.

**Gráfico 11. Cabo Verde. Relação entre os índices de pobreza e da população com cobertura do INPS por ilhas. 2009**



Fonte: Cálculos baseados no IDRF 2001/2002 (2004) e processo especial do Inquérito ao Emprego 2009, INE.

No Gráfico 11 é possível observar uma forte concentração da cobertura da segurança social nas ilhas com menores níveis de pobreza. Os números mostram uma relação inversa entre o índice de pobreza e a percentagem de cobertura, pelo que nas duas ilhas (Santiago – Praia – e São Vicente – Luz) com menor índice de pobreza humana (entre 12,6 e 15,2 de IPH) observa-se a maior cobertura do INPS (31 e 35 por cento) relativamente à PEA. Em contrapartida, na ilha de Santo Antão, que possui o maior índice de pobreza (19,5 de IPH), a cobertura é de 21 por cento.

Por seu lado, no Quadro 4 pode observar-se que existe uma correspondência entre o número de filiados, a dimensão da PEA e a população total nas duas ilhas menos pobres de Cabo Verde. Por exemplo, as populações da Praia, em Santiago (131.602 habitantes) e São Vicente (76.107 habitantes), correspondem a 42 por cento da população total; a PEA

<sup>8</sup> Carvalho, 2010.

das duas ilhas é superior a 84 mil pessoas (43 por cento da PEA total) e a cobertura do INPS (mais de 27 mil) concentra 56,4 por cento dos beneficiários do INPS.

Diversos elementos podem explicar esta situação, tais como o grau de concentração do desenvolvimento da economia, a distribuição de empregados e instituições públicas, entre outros.

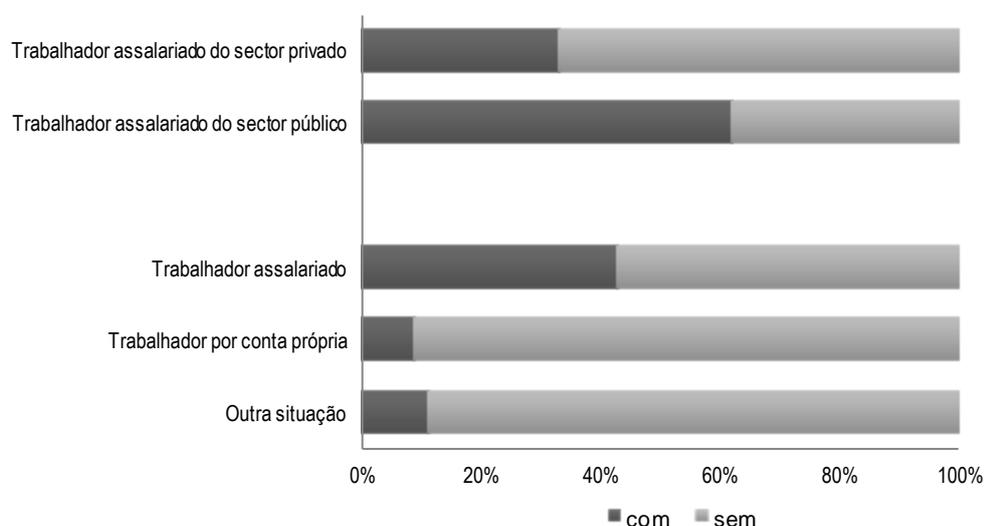
**Quadro 4. Cabo Verde. População com cobertura do INPS, PEA e população total por ilhas. 2009**

Ilhas	Cobertura do INPS		PEA		População total	
	Beneficiários	%	Beneficiários	%	Beneficiários	%
Santo Antão	3.608	7,4	17.198	8,7	43.915	8,9
São Vicente	11.795	24,4	34.168	17,6	76.107	15,5
São Nicolau	1.221	2,5	4.592	2,3	12.817	2,6
Sal	4.852	10,0	9.853	5,0	25.765	5,2
Boa Vista	1.572	3,3	3.121	1,6	9.162	1,9
Maio	470	1,0	3.059	1,6	6.952	1,4
Santiago	22.998	47,3	108.823	55,9	273.919	55,7
<i>Praia</i>	15.419	31,8	49.901	25,7	131.602	26,8
<i>Resto Santiago</i>	7.579	15,5	58.922	30,9	142.317	28,9
Fogo	1.824	3,7	11.850	6,1	37.051	7,5
Brava	249	0,5	1.848	0,9	5.995	1,2
<b>Cabo Verde</b>	<b>48.589</b>	<b>100,0</b>	<b>194.511</b>	<b>100,0</b>	<b>491.683</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Cálculos baseados no processo especial do Inquérito ao Emprego 2009, INE.

Em relação à cobertura segundo a situação na ocupação, no Gráfico 12 é apresentada uma população assalariada de 173 mil trabalhadores, dos quais cerca de 49 mil contam com a cobertura do INPS, valores que atingem, aproximadamente, uma percentagem média de 28 por cento de cobertura. Dito de outra forma, em cada 100 trabalhadores assalariados, 72 não contam com a cobertura da inscrição à segurança social, tratando-se de empregadores obrigados a pagar contribuições relativas aos seus trabalhadores mas que por diversas causas não cumprem com as suas obrigações para com a segurança social.

**Gráfico 12. Cabo Verde. Cobertura do INPS segundo a situação na ocupação. 2009**



Fonte: Cálculos baseados no processo especial do Inquérito ao Emprego 2009, INE.

Quando a cobertura dos assalariados é analisada segundo a situação na ocupação, constata-se que os valores médios são muito baixos em todos os setores. Uma percentagem muito reduzida dos trabalhadores assalariados do setor público (65 por cento) e do setor privado (39 por cento) conseguem realizar o seu direito de acesso ao seguro social. No caso dos trabalhadores por conta própria, a cobertura do INPS é ainda menor, atingindo apenas 9 por cento deles.

Embora uma parte significativa dos considerados incumpridores careça de capacidade contributiva – e, neste sentido, a política de extensão da segurança social deveria ser enquadrada numa política pública integral para cada setor – é extremamente preocupante que seja o Estado cabo-verdiano um dos principais incumpridores do INPS. Porém, é importante também realçar o esforço desenvolvido nos últimos anos, especialmente após 2008 no sentido da incorporação dos empregados públicos.

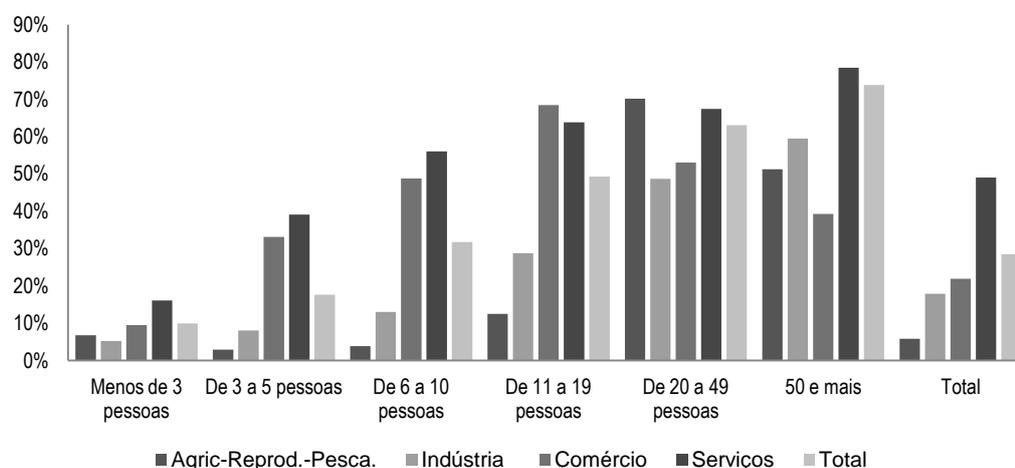
**Quadro 5. Cabo Verde. Trabalhadores da função pública com cobertura do INPS.**

Descrição	1983	1990	1996	2000	2005	2006	2008	2009	2010
Segurados	10.234	17.766	16.111	37.500	27.214	40.621	57.752	61.936	68.239
Sendo da Função Pública	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	8.397	16.897	20.665	22.110

Fonte: Dados Administrativos INPS.

As medidas recentes, que tendem para a incorporação do setor público no INPS, permitiram aumentar a cobertura dos trabalhadores do Estado para aproximadamente 84 por cento. Contudo, ainda existe uma franja de trabalhadores que ainda não estão cobertos. Esta situação não só é urgente de resolver devido ao incumprimento dos direitos dos trabalhadores, mas também porque poderia ser muito benéfico para o equilíbrio financeiro do INPS, pois poderia incorporar-se um grupo de trabalhadores com elevada estabilidade laboral, rendimentos médios e idades médias, gerando pouca pressão sobre a despesa em serviços de saúde, subsídios e pensões. Seria, igualmente, interpretado por toda a sociedade como um exemplo de civismo, demonstrando que é o Estado o primeiro a cumprir as normas.

**Gráfico 13. Cabo Verde. Cobertura do INPS por tamanho da empresa e setor de atividade económica. 2009 (em percentagem da PEA empregada)**



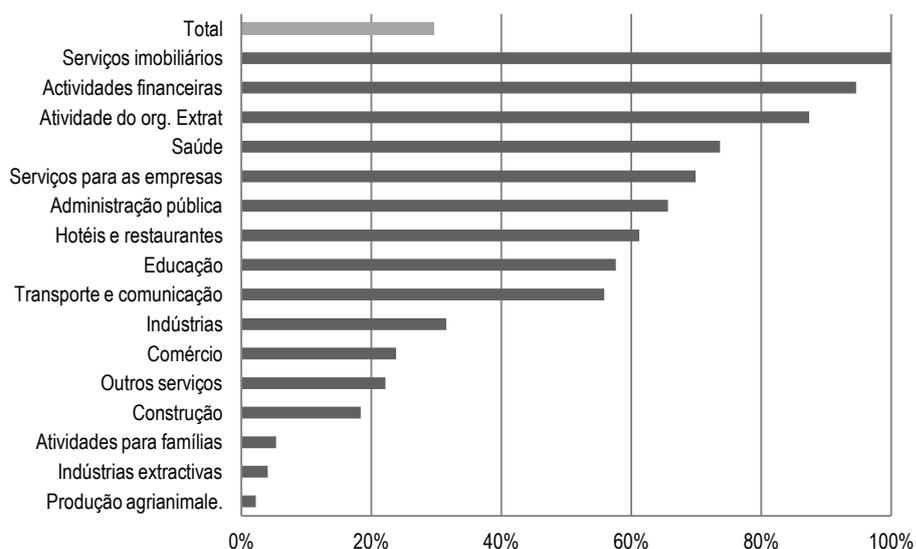
Fonte: Cálculos baseados no processo especial do Inquérito ao Emprego 2009, INE.

Para o estudo da cobertura contributiva da segurança social, uma das variáveis chave é o tamanho da empresa, expressa no número de trabalhadores que operam num mesmo negócio ou unidade produtiva. Este é um indicador da estrutura do mercado de trabalho em relação à formalidade no trabalho; na maioria dos casos, determina o cumprimento da legislação laboral, o pagamento de contribuições e, acima de tudo, o grau de produtividade dos trabalhadores e a capacidade de acumulação de capital económico e humano dos mesmos.

Do ponto de vista da cobertura da segurança social, a menor dimensão das empresas dificulta a sua localização e, muitas vezes, torna difícil uma determinação adequada dos direitos laborais. Existem evidências suficientes que demonstram que, conforme aumenta a dimensão da empresa onde opera o trabalhador, aumenta a propensão para este estar segurado. A evasão da segurança social corresponde geralmente a uma conduta de evasão integral, na qual não se cumprem obrigações laborais (incluído o pagamento de contribuições sociais), mas também fiscais. Assim, essa conduta será continuada enquanto a empresa se mantiver nos níveis médios ou baixos da economia.

De acordo com o Gráfico 13, confirma-se em Cabo Verde a existência do típico problema de baixa cobertura nas microempresas. Apenas 10 por cento dos trabalhadores de empresas com menos de três empregados está integrada no INPS. Por seu lado, embora seja evidente a existência de uma relação direta entre a dimensão da empresa – medida segundo o número de empregados – e a taxa de cobertura, a mesma poderia ser influenciada pela incidência dos trabalhadores da administração pública ou empresas do Estado. Infelizmente, devido a limitações na informação não foi possível corroborar esta suspeita. Ainda assim, ao analisar a evolução demonstrada no setor do comércio, onde as empresas estatais não estão tão presentes, pode observar-se que as empresas com mais de 50 trabalhadores têm uma cobertura (39 por cento) inferior às empresas que têm entre 6 e 10 trabalhadores (49 por cento). Isto significaria que o problema de baixa cobertura também estará presente nas médias e grandes empresas (economia formal).

**Gráfico 14. Cabo Verde. Cobertura do INPS por setor de atividade económica. 2009 (em percentagem da PEA empregada)**

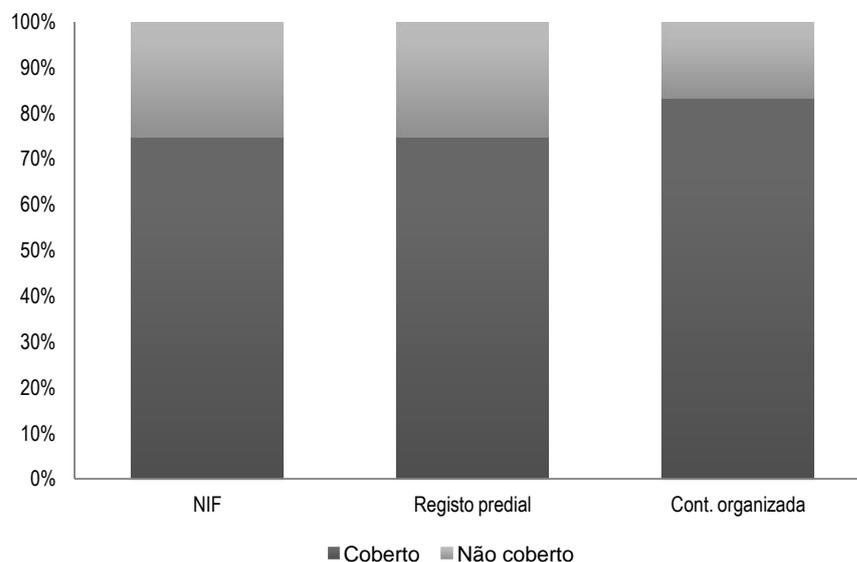


Fonte: Cálculos baseados no processo especial do Inquérito ao Emprego 2009, INE.

Ao preparar uma estratégia tendo em conta a dimensão da empresa, deve ser integrada uma análise relativa ao ramo de atividade. No Gráfico 14, pode constatar-se que nas atividades financeiras e imobiliárias foram praticamente alcançadas as metas de cobertura dos trabalhadores. O mesmo não sucede com as atividades do setor agrícola, de extração mineira e pedreiras, serviço doméstico, construção e comércio, cuja percentagem de cobertura está abaixo da percentagem nacional.

Considerando que, na estratégia de extensão com vista à cobertura universal, a incorporação dos trabalhadores da economia formal constitui um primeiro requisito, o facto de setores de fácil cobertura, como a saúde, a administração pública e a educação não consigam atingir níveis de cobertura cercano ao 100 por cento, chama a atenção.

**Gráfico 15. Cabo Verde. Percentagem da cobertura do INPS segundo a as atividades de formalização da empresa. 2009**



Fonte: Cálculos baseados no processo especial do Inquérito ao Emprego 2009, INE.

As taxas de cobertura do INPS apresentam uma forte relação com outros indicadores indiretos de formalização da empresa, como o facto de ter um NIF, a inscrição no Registo Predial e a existência de contabilidade organizada. Tal como se observa no Gráfico 15, as empresas que cumprem estas condições têm maiores taxas de cumprimento dos direitos dos seus trabalhadores.

Os números proporcionam uma imagem extremamente útil para a conceção de políticas e programas de extensão da cobertura do INPS. Considerando a experiência de outros países, é perfeitamente realizável obter resultados em termos de aumento da aplicação das normas de cobertura de seguro social, em prazos relativamente curtos, em setores como as médias empresas agrícolas, o comércio (para empresas de todas as dimensões), as médias empresas de construção e as médias e grandes indústrias manufatureiras.

Para todos os casos expostos, a experiência internacional demonstra que se deve aprofundar a formalização, tirando maior proveito das características em outros aspetos. Estas constituem alternativas de aumento da cobertura na economia “formal”, cuja

natureza, face ao controlo contributivo, é relativamente muito mais fácil e onde os sistemas de arrecadação e cobrança funcionam sem grandes dificuldades.

#### 4.4 A cobertura de grupos difíceis

Um dos desafios relacionados com a extensão da cobertura de carácter contributivo reside na cobertura dos chamados grupos difíceis, ou seja, trabalhadores de microempresas e por conta própria. Em muitos países em vias de desenvolvimento, e em Cabo Verde também, este tipo de trabalhadores representa a imensa maioria do emprego total, pelo que as estratégias de extensão da cobertura de carácter contributivo deverão considerar estes grupos de trabalhadores. Isto parece evidente, no entanto, na prática, a cobertura do seguro social não chega a estes trabalhadores.

**Gráfico 16. Cabo Verde. Trabalhadores de difícil cobertura. 2009 (em percentagem da PEA empregada)**



Fonte: Cálculos baseados no processo especial da Inquérito ao Emprego 2009, INE.

A dificuldade em estender a cobertura aos trabalhadores independentes e às microempresas é explicada por uma multiplicidade de fatores, entre os quais a irregularidade das receitas, que é um fenómeno estreitamente ligado à precariedade do emprego; a crescente heterogeneidade do mercado de trabalho em cada país e entre grupos de trabalhadores; o baixo nível de organização ou associação que possuem; a vulnerabilidade competitiva; a permanente luta pela sobrevivência económica da empresa; e a desconfiança que frequentemente sentem em relação às instituições de segurança social, entre outros.

Além do problema da insegurança de rendimentos e perante a ausência da figura do empregador, o trabalhador por conta própria deve assumir na totalidade as contribuições à segurança social, o que constitui um obstáculo económico para a extensão da cobertura, mesmo no caso dos trabalhadores independentes com rendimentos médios. Este obstáculo leva à procura de alternativas que promovam a integração dos trabalhadores independentes e micro empresários com capacidade contributiva limitada, e que por essa razão, obrigada a que o estado ou os restantes grupos de trabalhadores subsidiem aquela parte das contribuições que os trabalhadores independentes não conseguem assegurar.

**Quadro 6. Cabo Verde. Cobertura do INPS a trabalhadores de difícil cobertura. 2009**

<b>Trabalhadores de difícil cobertura</b>	<b>Total</b>	<b>Com cobertura do INPS</b>	<b>%</b>
Trabalhador em microempresas	103.271	12.267	11,9
Trabalhador por conta própria	49.412	4.348	8,8
<b>Total</b>	<b>152.683</b>	<b>16.615</b>	<b>10,9</b>

Fonte: Cálculos baseados no processo especial do Inquérito ao Emprego 2009, INE.

Outro problema da proteção social destes trabalhadores está relacionado com a sua mobilidade dentro do mercado de trabalho, ou seja, estes trabalhadores veem-se forçados a transitar entre o trabalho salariado e o trabalho por conta própria, entre emprego formal e informal, pelo que as suas contribuições à segurança social não são contínuas. A interrupção das carreiras contributivas, provocada por esta mobilidade, é uma barreira contra os próprios trabalhadores, pelo que as instituições de segurança social deveriam criar mecanismos que permitam a consolidação dos direitos às prestações para esses grupos. As soluções, neste âmbito, não são triviais, e estabelecer períodos contributivos reduzidos para ter direito a benefícios representa um elevado custo atuarial, levando frequentemente a que sejam subvencionados por outros grupos de trabalhadores ou pelo Estado.

Relativamente à arrecadação e ao controlo contributivo deste tipo de trabalhadores, importa destacar que os sistemas de arrecadação para os trabalhadores independentes implicam uma complexidade particular e elevados custos administrativos. Em relação ao controlo contributivo, a inspeção da segurança social específica para os trabalhadores independentes e as microempresas é extremamente onerosa quando comparada com a inspeção às grandes empresas. Isto constitui uma barreira administrativa que só pode ser resolvida parcialmente pelos serviços de inspeção, e requer, assim, um enfoque mais integral que envolva a educação em segurança social e a criação de incentivos.

Desta forma, importa salientar que a ligação entre as políticas de extensão da cobertura deve acompanhar as políticas de formalização do trabalho. Muitos dos trabalhadores independentes são micro empresários, pelo que as políticas de extensão relacionam-se e fazem parte de um amplo conjunto de políticas e instrumentos destinados à formalização do trabalho.

#### **4.5 Mapeamento da população não segurada**

Como demonstrado na secção anterior, uma percentagem significativa de trabalhadores cabo-verdianos não usufruem ainda da cobertura da segurança social. Em Cabo Verde encontram-se mais de 122 mil trabalhadores empregados em todo o arquipélago que não estão inscritos no INPS.

Um fator a ter em consideração no momento de desenhar uma estratégia de extensão da cobertura é a determinação do grau de dispersão ou concentração da desproteção. Tal como se pode observar no Quadro 6, embora só nos concelhos da Praia e de S. Vicente se encontrem aproximadamente 34 por cento dos trabalhadores não cobertos (42 mil), quando se analisa a sua desproteção em relação à PEA observam-se valores abaixo da média do país.

**Quadro 7. Cabo Verde. Trabalhadores sem cobertura do INPS por concelhos. 2009**

<b>Concelhos</b>	<b>Trabalhadores sem cobertura</b>	<b>% PEA empregada</b>
Ribeira Grande	4.121	70,3
Paul	1.869	79,8
Porto Novo	4.836	73,6
S. Vicente	15.615	56,3
Ribeira Brava	1.845	74,6
Tarrafal de S. Nicolau	914	59,5
Sal	4.016	44,8
Boa Vista	1.182	42,8
Maio	2.165	80,9
Tarrafal	4.197	88,2
Santa Catarina	10.041	80,1
Santa Cruz	9.544	83,5
Praia	26.156	62,6
S. Domingos	6.881	84,1
S. Miguel	9.026	89,1
S. Salvador do Mundo	2.495	90,6
S. Lourenço dos Orgãos	5.188	91,6
Ribeira Grande de Santiago	1.877	93,4
Mosteiros	2.450	92,7
S. Filipe	5.001	74,0
Santa Catarina do Fogo	1.315	93,2
Brava	1.446	85,3
<b>TOTAL</b>	<b>122.178</b>	<b>70,8</b>

Fonte: Cálculos baseados no processo especial da Inquérito ao Emprego 2009, INE.

Por seu lado, e apesar da evasão ao pagamento das contribuições se concentrar no grupo de trabalhadores das microempresas (Quadro 7), ela é transversal a todos os setores de atividade económica e a empresas de todas as dimensões. Neste sentido, é importante destacar que as médias e grandes empresas, com mais de 20 empregados, dos setores da indústria e comércio, apresentam elevados níveis de evasão. Esta situação poderia ser favorável para as políticas de extensão da cobertura, já que, em princípio, estas seriam as empresas mais fáceis de detetar e incorporar.

**Quadro 8. Cabo Verde. Trabalhadores sem cobertura do INPS por tamanho da empresa e setor de atividade económica. 2009 (em percentagem da PEA empregada)**

<b>Dimensão da empresa</b>	Agric-pecu-pesca	%	Indústria	%	Comércio	%	Serviços	%	ND	%	Total	%
Menos de 3 pessoas	20.120	92,9	12.314	94,2	14.951	89,8	15.899	82,4	2.495	85,2	65.779	89,4
De 3 a 5 pessoas	11.397	96,9	5.999	91,7	2.485	66,0	3.835	61,2	640	50,6	24.355	82,3
De 6 a 10 pessoas	2.533	96,2	4.648	83,7	940	50,8	2.324	41,4	504	60,5	10.950	66,4
De 11 a 19 pessoas	671	87,5	2.545	70,1	388	31,6	1.840	33,9	186	49,5	5.631	49,2
De 20 a 49 pessoas	45	29,8	1.439	51,0	483	46,1	2.697	32,3	89	11,0	4.753	36,1
50 e mais	26	48,8	1.221	40,6	670	59,7	2.918	20,4	152	12,4	4.986	25,3
ND	707	94,0	1.041	81,3	1.121	77,6	1.607	49,8	1.248	54,7	5.724	71,0
<b>Total</b>	<b>35.499</b>	<b>93,9</b>	<b>29.207</b>	<b>81,2</b>	<b>21.038</b>	<b>77,2</b>	<b>31.120</b>	<b>49,9</b>	<b>5.315</b>	<b>57,4</b>	<b>122.178</b>	<b>70,8</b>

Fonte: Cálculos baseados no processo especial do Inquérito ao Emprego 2009, INE.

A distribuição dos trabalhadores não cobertos em relação à população economicamente ativa empregada demonstra, por um lado, um desafio relativamente ao desempenho nos indicadores de cobertura nos diferentes setores de atividade, assim como diferenças na cobertura segundo o local onde a atividade é exercida. De acordo com o observado no Quadro 8, quando o trabalhador realiza a sua atividade numa empresa, os níveis de desproteção diminuem. Esta situação verifica-se em todos os setores de atividade.

**Quadro 9. Cabo Verde. Trabalhadores sem cobertura do INPS por setor de atividade económica e local onde exerce a atividade. 2009 (em percentagem da PEA empregada)**

<b>Local exerce a atividade</b>	Agric-pecu-pesca	%	Indústria	%	Comércio	%	Serviços	%	ND	%	Total	%
Ambulante	398	100,0	1.187	94,4	6.487	95,0	929	83,6	654	96,6	9.655	94,0
Quiosque na via pública	0	-	28	100,0	167	100,0	165	88,2	0	-	360	94,2
Veículo	15	35,7	328	71,8	204	79,0	2.771	72,7	101	59,4	3.420	72,2
Casa dos clientes	311	100,0	4.200	92,2	536	90,5	2.763	89,5	302	94,7	8.112	91,5
Casa do prestador do serviço	480	86,3	2.726	89,5	916	85,4	3.870	83,3	286	81,0	8.278	85,6
Local no mercado	119	85,8	230	80,1	1.774	91,9	283	51,5	57	49,4	2.463	81,5
Local profissional	884	85,1	8.765	66,1	7.386	60,3	10.623	32,4	945	25,7	28.603	45,4
Outro meio	30.183	94,2	10.454	89,5	3.065	86,7	7.898	58,8	1.732	79,4	53.332	84,9
ND	3.109	94,4	1.286	91,9	504	78,6	1.818	65,9	1.237	70,2	7.955	80,7
<b>Total</b>	<b>35.499</b>	<b>93,9</b>	<b>29.207</b>	<b>81,2</b>	<b>21.038</b>	<b>77,2</b>	<b>31.120</b>	<b>49,9</b>	<b>5.315</b>	<b>57,4</b>	<b>122.178</b>	<b>70,8</b>

Fonte: Cálculos baseados no processo especial do Inquérito ao Emprego 2009, INE.

Assim, e a título de exemplo, verifica-se que: a) o nível de evasão que se regista na média de 51 por cento dos trabalhadores assalariados (públicos e privados) contrasta com o nível de evasão de 91 por cento nos trabalhadores não assalariados; b) o nível de evasão de 36 por cento dos trabalhadores assalariados do setor público, ainda que elevado, é inferior ao nível de evasão de 60 por cento dos assalariados do setor privado; c) o nível de evasão de 33 por cento dos trabalhadores do setor privado é baixo quando comparado com o nível de evasão de 91 por cento dos trabalhadores por conta própria.

**Quadro 10. Cabo Verde. Trabalhadores sem cobertura do INPS por situação na ocupação segundo o setor de atividade económica. 2009 (em percentagem da PEA empregada)**

Situação na ocupação	Agric-pecu-pesca		Indústria		Comércio		Serviços		ND		Total	
		%		%		%		%		%		%
Trabalhador da administração pública	101	78,9	558	51,9	0	0,0	8.581	37,5	221	17,7	9.461	37,2
Trabalhador do setor empresarial privado	3.353	88,7	13.899	74,7	5.280	55,6	7.529	43,0	906	37,8	30.967	59,8
Trabalhador do setor empresarial do Estado	246	100,0	469	52,3	171	61,8	1.346	25,8	121	23,5	2.354	32,9
Trabalhador por conta própria com pessoal ao serviço	3.256	95,3	1.490	80,7	1.273	67,5	732	68,6	224	100,0	6.975	82,6
Trabalhador por conta própria sem pessoal ao serviço	12.916	91,0	8.571	94,5	12.166	93,3	3.051	88,3	1.066	87,7	37.771	92,2
Trabalhador familiar sem remuneração	13.324	97,5	1.051	94,0	1.201	85,0	513	95,3	947	84,7	17.036	95,4
Trabalhador em casa de família	1.011	100,0	1.404	96,1	275	83,3	7.911	89,9	399	89,4	11.000	91,3
Outra situação	989	94,5	1.282	93,6	343	86,5	739	53,4	286	73,9	3.638	79,4
ND	303	91,5	482	93,3	330	95,0	717	46,7	1.144	67,4	2.976	67,2
<b>Total</b>	<b>35.499</b>	<b>93,9</b>	<b>29.207</b>	<b>81,2</b>	<b>21.038</b>	<b>77,2</b>	<b>31.120</b>	<b>49,9</b>	<b>5.315</b>	<b>57,4</b>	<b>122.178</b>	<b>70,8</b>

Fonte: Cálculos baseados no processo especial do Inquérito ao Emprego 2009, INE.

O problema da evasão é generalizado, envolvendo o próprio Estado enquanto participante na atividade económica como empregador. Importa também salientar os elevados níveis de evasão na indústria e no comércio, sobretudo quando intervêm trabalhadores por conta própria, com valores que superam os 90 por cento.

Como se aufer das análises realizadas nas secções anteriores, o sistema de segurança social de Cabo Verde enfrenta desafios significativos no cumprimento da missão de assegurar a proteção social. A falta de aplicação da cobertura legal à população trabalhadora e a sua contrapartida em termos económicos, e a fuga às contribuições, obedecem pelo menos a três tipos de fatores: i) lacunas no enquadramento jurídico, ii) debilidades institucionais na gestão da inscrição, arrecadação e do controlo contributivo, incluindo a inspeção da segurança social, e iii) ausência de incentivos à contribuição. No caso de Cabo Verde, é evidente que existem fatores que favorecem os elevados níveis de desproteção social.

O problema da evasão deve ser considerado de interesse, não apenas pelas suas consequências para os trabalhadores e para as instituições de segurança social, como também pelas suas implicações nos níveis de competitividade empresarial. Na medida em que quando um grupo de empresas não cumpre os deveres de inscrição dos trabalhadores e de pagamento das contribuições a situação é “tolerada” pelo sistema. Situação esta, que coloca em desvantagem competitiva os empregadores que cumprem com a sua responsabilidade social de inscrição e pagamento de contribuições.

Devido à falta de acesso aos dados dos Inquéritos ao Emprego fornecido pelo INE, está ainda por melhorar a caracterização das populações que deveriam ser objeto de estratégias diferenciadas para a sua inscrição: trabalhadores em microempresas, trabalhadores por conta própria e trabalhadores do serviço doméstico.

---

## 5. Conclusões

Cabo Verde tem demonstrado progressos significativos na extensão da cobertura contributiva da proteção social, atingindo índices de proteção que estão muito acima dos prevalentes na África Subariana.

A população do país, embora pequena, apresenta um elevado grau de dispersão geográfica ao nível das ilhas que constituem o arquipélago. Em termos de envelhecimento demográfico, Cabo Verde é um país ainda jovem, que inicia agora o processo de transição demográfica. Portanto, o país possui um "bónus demográfico", o que lhe confere uma posição privilegiada em termos de oportunidades de financiamento futuras do seu ainda jovem sistema de segurança social.

A esta janela de oportunidades demográficas adicionam-se alguns fatores favoráveis. As previsões indicam que a dimensão da família vai evoluir favoravelmente nas próximas décadas, reduzindo os índices de dependência nas prestações de proteção social. Outros fatores já capitalizados pelo país, tais como a concentração relativa da população em áreas urbanas, o crescimento rápido dos níveis de ensino, a incorporação crescente das mulheres nas atividades económicas, a redução da pobreza e os níveis de crescimento económico satisfatórios, entre outras razões, conferem a Cabo Verde vantagens comparativas significativas em termos de oportunidades para o aumento futuro da capacidade produtiva e da qualidade do emprego. Considerando que o financiamento das instituições de seguro social depende em grande medida da base de emprego, principalmente do emprego formal, é possível afirmar que o país está a criar as condições para um círculo virtuoso a favor da proteção social contributiva.

A rápida e crescente evolução da cobertura contributiva do seguro social em Cabo Verde é um claro indicador do círculo virtuoso atrás mencionado; contudo, este processo só foi possível materializar graças ao claro compromisso assumido pelo Estado cabo-verdiano relativamente às políticas de proteção social.

Apesar dos progressos significativos neste âmbito, são ainda enormes os desafios relativamente à universalização da segurança social. Os resultados deste diagnóstico demonstram que em Cabo Verde existe uma concentração elevada de emprego nas microempresas que, juntamente com os trabalhadores por conta própria constituem uma economia informal alargada e configuram um mercado de trabalho que ainda apresenta elevados níveis de emprego informal. A experiência internacional mostra as dificuldades do mundo em desenvolvimento na extensão da cobertura do seguro social à economia informal, bem como a outros grupos de difícil cobertura (trabalho doméstico, independentes, trabalhadores rurais, etc.), os quais são definidos e quantificados neste trabalho.

Alguns elementos a destacar da análise da cobertura em Cabo Verde são os seguintes: a cobertura é muito menor nas micro e pequenas empresas; o setor público cabo-verdiano contribui para a evasão relativamente às contribuições e à inscrição ao seguro social; a evasão em relação às obrigações para com a segurança social é ainda um fenómeno bastante generalizado na economia formal; os índices de evasão e a falta de cobertura revelam um comportamento muito próximo ao da evasão fiscal; em alguns ramos de

---

atividade económica a cobertura é baixa, quase independentemente da dimensão da unidade de produção.

Este conjunto de elementos constitui o núcleo de prioridades para a conceção de políticas de extensão da proteção social, onde, para além das políticas contributivas, é necessário dar atenção às políticas de assistência social que as complementam de forma indispensável.

Neste estudo, foram identificados e quantificados os grupos de trabalhadores de difícil cobertura em Cabo Verde, os quais representam no país cerca de 150 mil pessoas. Deste universo, apenas 11 por cento dos trabalhadores estão cobertos pelo INPS. Importa destacar que cerca de dois terços da população de difícil cobertura são empregados de microempresas.

Os indicadores de cobertura apresentados neste trabalho, assim como o mapeamento da população não coberta pelo INPS, colocam a questão da formalização das micro e pequenas empresas num nível superior e altamente estratégico das políticas de extensão da cobertura e combate à evasão contributiva à segurança social. A inscrição na segurança social é apenas um elemento, entre outros, das políticas de formalização empresarial e laboral, sugerindo a necessidade de pensar num conjunto de políticas e ações integradas para aumentar a cobertura. A experiência internacional é rica nesta matéria, e Cabo Verde deve tirar proveito dessa experiência, o que constitui, a este respeito, um esforço ao nível do país, ou seja, um esforço que vai muito além das políticas e dos programas sob responsabilidade do INPS.

Esta questão não deve constituir um obstáculo para o INPS não avançar, por si só, com políticas e ações específicas destinadas a alargar a cobertura contributiva. Pelo contrário, o conjunto de experiências internacionais neste domínio inclui ações que podem ser desenvolvidas ao nível institucional, ou em coordenação com outras instituições.

Nesse sentido, o INPS já fez progressos em áreas como a modernização administrativa, levou a cabo com sucesso um programa para alargar a cobertura aos trabalhadores independentes, acompanhado de um forte programa de educação e comunicação, e está atualmente em processo de reforço do controlo contributivo e da inspeção junto às empresas. Contudo, esses esforços devem ser acompanhados de um conjunto de políticas e ações, cujos principais elementos são abordados na secção seguinte.

## **6. Recomendações**

A extensão da cobertura figura no centro das políticas públicas de segurança social e constitui a missão fundamental de qualquer sistema de segurança social. Dada a vinculação existente entre o nível da cobertura e o grau de desenvolvimento de um sistema de proteção social, pode-se afirmar que as políticas orientadas à universalização da cobertura representam uma peça chave para garantir a sustentabilidade demográfica, económica e política da proteção social.

Os problemas com a cobertura e a fuga às responsabilidades para com a segurança social são o resultado de um conjunto de condições, altamente relacionadas entre si, e que

---

juntas conferem um elevado grau de complexidade à conceção de políticas neste domínio. Entre os fatores que explicam a evasão e a falta de cobertura, destacam-se os seguintes: i) as empresas ou os trabalhadores não possuem capacidade contributiva suficiente pois vivem em condições de precariedade económica e laboral (economia informal); ii) o quadro jurídico que define e pune a evasão é débil, o que gera nos empregadores uma perceção de baixo risco, económico e jurídico, em relação aos seus atos de evasão contributiva; iii) os empregadores preferem a evasão, ou os pagamentos à segurança social têm uma baixa prioridade relativamente a outras despesas ou obrigações fiscais das empresas (por exemplo, a obrigação de pagar impostos); iv) os trabalhadores preferem não pagar as contribuições pois consideram que não irão receber o retorno do pagamento efetuado, uma prestação ou benefício suficiente a nível individual ou coletivo (falta de cultura); v) as instituições de segurança social, e o Estado em geral, toleram a evasão ou são incapazes de preveni-la.

O presente estudo sugere que, em Cabo Verde, estes fatores explicam, em conjunto, a maioria dos problemas de cobertura, o que leva a considerar um conjunto de recomendações baseadas na experiência internacional. Assim, em vez de fornecer receitas específicas para a ação, as recomendações aqui apresentadas são um inventário de opções e oportunidades que Cabo Verde deve considerar no curto, médio e longo prazo, conforme o que for considerado adequado ou exequível.

As recomendações de política estão classificadas nos seguintes seis grupos:

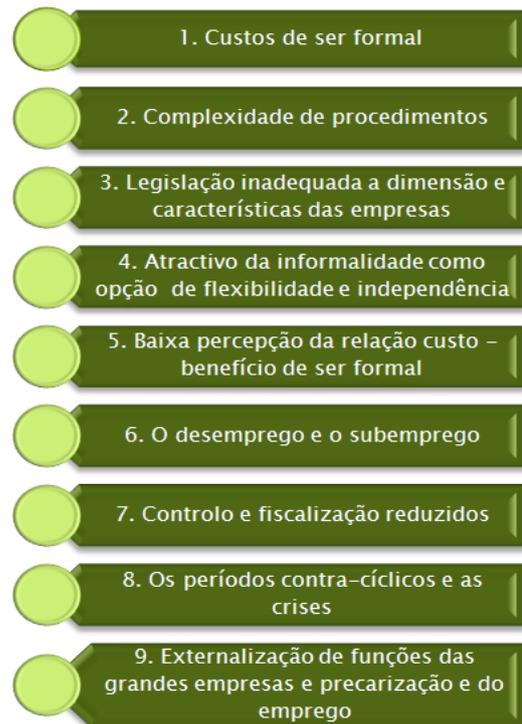
- i) Políticas de formalização para micro e pequenas empresas
- ii) Políticas e ações para cobrir grupos específicos de difícil cobertura
- iii) Reformas jurídicas para reforçar a coerção
- iv) Formação de cultura cívica em matéria de segurança social
- v) O reforço da administração para o aumento da cobertura
- vi) Plano de ação baseado na relação esforço-resultado.

## **I) Políticas de formalização para as micro e pequenas empresas**

No quadro da assistência técnica que a OIT tem vindo a prestar a Cabo Verde, foi identificado e discutido com o Governo de Cabo Verde um conjunto de políticas direcionadas para a formalização das micro e pequenas empresas. As ações do país nesta matéria são a pedra angular que dará sustentabilidade a qualquer política de extensão da proteção social. Os elementos centrais nesta área de política incluem:

- a) Aumentar a base empresarial formal (criação de empresas).
- b) Nas empresas existentes: promover a sua formalização (ênfase nos trabalhadores por conta própria, microempresas familiares e setores com mais informalidade).
- c) Promover a produtividade e a competitividade de pequenas empresas (crescimento económico, aumentar a capacidade contributiva, melhorar as condições de trabalho).
- d) Desincentivar a “competitividade espúria” no país, baseada na precarização do emprego (subcontratação e externalização de funções).

## CAUSAS DA INFORMALIDADE



Fonte: Henriquez, Lysette (2010). Elementos para un Regimen Especial PME para Cabo Verde.

Este conjunto de ações deve ser visto no contexto da criação de um regime especial para as micro e pequenas empresas, e deve considerar elementos específicos para promover e facilitar a sua incorporação no sistema de segurança social.

## II. Políticas e ações para cobrir grupos específicos de difícil cobertura

### Trabalhadores do serviço doméstico:

Em Cabo Verde, os trabalhadores de serviços domésticos têm uma cobertura bastante baixa, não superior a 5 por cento. Através dos esforços do INPS, este grupo está a ser inscrito como trabalhador por conta própria. No entanto, os empregados de serviços domésticos representam 7 por cento da PEA em Cabo Verde, são um grupo disperso, de difícil localização e com sérias limitações nos seus vínculos sociais devido às suas condições de trabalho e a uma situação muito mais vulnerável do que a maioria dos restantes trabalhadores assalariados.

A contratação e o número de horas de serviço doméstico são duas variáveis que dependem do nível de rendimento familiar, pelo que é de esperar que conforme aumenta o nível de rendimento da família que contrata os serviços domésticos, aumenta também o número de horas contratadas e, portanto, aumenta a probabilidade de acesso à cobertura de seguro. Normalmente, as trabalhadoras domésticas não estão bem informadas sobre seus direitos, e, nos casos em que conhecem os seus direitos, encontram-se numa posição frágil para exigir o cumprimento de obrigações por parte dos seus empregadores.

Os elementos acima apontados colocam no centro da estratégia para incorporar este grupo tudo o que possa ser realizado pelo INPS para aumentar a quantidade de informação relativa ao grupo, por forma a sensibilizar tanto as trabalhadoras domésticas

---

como os seus empregadores. Importa destacar a inconveniência de o INPS promover a proteção a este grupo na categoria de "trabalhadores independentes", pois é uma forma de institucionalizar a liberação da responsabilidade contributiva por parte de empregadores do trabalho doméstico.

### **Trabalhadores independentes<sup>9</sup>**

Com base na experiência internacional podem ser identificados uma série de mecanismos de extensão da cobertura contributiva dos trabalhadores por conta própria, os quais já foram implementados em alguns países em desenvolvimento:

#### **a. Categorias contributivas diferenciadas**

Consiste num regime diferenciado de pagamento das contribuições sociais efetuadas pelos trabalhadores independentes, em comparação com o nível de pagamento aplicável aos trabalhadores assalariados ou no estabelecimento de diferentes níveis de contribuição segundo o nível de rendimento.

O anterior pode ser complementado com o subsídio às contribuições dos trabalhadores independentes de baixos rendimentos, assumido pelo Estado, em proporção inversa à capacidade contributiva do trabalhador independente.

#### **b. Sistemas de inscrição coletiva**

Os mecanismos de inscrição coletiva permitem que os trabalhadores independentes agrupados em organizações, tais como associações de produtores e cooperativas, tenham a possibilidade de subscrever acordos de seguro coletivo ou de grupo com um programa de seguro social. Isto facilita a inscrição de todos os trabalhadores membros das organizações, proporcionando-lhes assim as prestações atribuídas pela segurança social. A experiência mostra que este mecanismo teve um impacto muito favorável nas zonas rurais, especialmente entre os trabalhadores independentes agrícolas organizados.

A organização respetiva encarrega-se de agrupar os trabalhadores, assinando um acordo nos termos do qual se compromete com a entidade gestora da segurança social, a criar um formulário ou lista nominal coletiva, para proceder à cobrança das contribuições sociais dos inscritos, previamente negociadas. Os montantes das contribuições arrecadadas são posteriormente transferidos para a instituição de seguro social.

#### **c. Mecanismos especiais de arrecadação de contribuições**

Para garantir um aumento sustentável na cobertura contributiva, é normal que os sistemas de segurança social implementem estratégias para tornar mais fácil o pagamento das contribuições sociais.

Alguns mecanismos foram implementados nalguns países para facilitar a inscrição, nos casos em que ela é obrigatória, com o objetivo de aumentar a eficácia da cobrança, são:

---

<sup>9</sup> Para uma apresentação detalhada das experiências internacionais nesta matéria, consultar Muñoz, Durán e outros: "A extensão da cobertura do seguro social aos trabalhadores independentes: boas práticas internacionais.". STEP/Portugal, *Bureau* Internacional do Trabalho, Genebra, 2011.

- 
- Plataforma eletrónica através da qual se efetua a liquidação e o pagamento das contribuições para o sistema geral de segurança social, quer para os trabalhadores por conta de outrem quer para os independentes.
  - Registo único de contribuintes, que permite detetar irregularidades como a evasão fiscal ou a multi-inscrição. É possível detetar estas anomalias uma vez que o sistema permite cruzar a informação contributiva dos inscritos nos diversos subsistemas ou regimes de segurança social.
  - Mecanismos de sucesso para melhorar a cobrança das contribuições dos trabalhadores independentes e dos empregadores, direcionados essencialmente à contratação de pessoal administrativo e inspetores para reforçar a tarefa de dar seguimento aos processos de evasão de contribuições por parte dos empregadores e trabalhadores independentes.
  - Cartão de Identificação, que constituiu um mecanismo valioso no combate à fraude, na redução dos riscos operacionais, vindo ainda a facilitar as transações eletrónicas.

**d. A criação de incentivos à inscrição**

Os programas de créditos pessoais e hipotecários aos trabalhadores inscritos no seguro social contribuem para a extensão da cobertura e para gerar confiança no sistema de seguro social. Os programas de crédito apresentam, em geral, condições de financiamento mais favoráveis em comparação com os créditos concedidos pelo sistema bancário, mas não devem enfraquecer a rentabilidade dos fundos da segurança social.

### **III. Reformas jurídicas para reforçar a coerção**

Em relação ao quadro jurídico de combate à evasão, é altamente recomendável que Cabo Verde considere a experiência internacional, adaptando as boas práticas ao contexto nacional. Nas legislações de segurança social mais avançadas, a evasão ao pagamento de contribuições à segurança social está suficientemente tipificada e sancionada. No entanto, não é suficiente ter uma tipificação das faltas de pagamento, é necessário estabelecer um quadro de sanções que crie riscos para os empregadores que pratiquem a evasão, em proporção direta com a gravidade da falta cometida.

As faltas mais comuns tipificadas nas legislações nacionais, são as seguintes:

- a) Não efetuar a inscrição do trabalhador no prazo e condições estabelecidos por lei.
- b) Não comunicar a ocorrência de um acidente de trabalho, em conformidade com o procedimento e prazo estipulado no respetivo regulamento ou norma.
- c) Reduzir os salários dos trabalhadores a fim de cobrir as contribuições a serem pagas pelo empregador.
- d) Não fazer a dedução das contribuições dos trabalhadores, no montante e prazos estabelecidos por lei.
- e) Omitir nas folhas de pagamento ("*payroll*") o registo de um ou mais trabalhadores.

- 
- f) Facultar incorretamente ou falsear o montante das remunerações indicado nas folhas de pagamento, ou qualquer informação que sirva para calcular o valor das contribuições.
  - g) Demitir ou tomar medidas de retaliação contra trabalhadores que denunciem às autoridades públicas o incumprimento das obrigações patronais para com a segurança social.
  - h) Recusar fornecer dados e informações necessárias para o cálculo e aplicação das contribuições, ou dificultar o acesso a esses dados ou atrasar injustificadamente a entrega destes.
  - i) Recusar fornecer, de forma injustificada e reiterada, informações exigidas pelas autoridades administrativas, por inspetores ou por qualquer outro agente devidamente credenciado para as solicitar.
  - j) Impedir ou atrasar injustificadamente a entrada de inspetores de segurança social nas instalações das unidades de produção sob sua responsabilidade.
  - k) Reincidir injustificadamente sobre qualquer uma das faltas.

Do mesmo modo, poderiam ser estabelecidas medidas para incentivar os empregadores e trabalhadores a cumprirem com as obrigações decorrentes da inscrição ao sistema obrigatório do INPS, mediante o regulamento que estabelece que, para os procedimentos relativos a instituições financeiras e outras instituições públicas se considere sempre e quando a pessoa ou o empregador demonstra estar inscrito no INPS e em cumprimento no pagamento das contribuições.

No caso específico de Cabo Verde, é essencial continuar com os esforços atuais direcionados à revisão do quadro jurídico para melhorar a cobrança de dívidas, tentando simplificar os processos de cobrança.

#### **IV. Formação de uma cultura de cidadania em matéria de segurança social**

A formação de uma cultura de cidadania em matéria de segurança social é um requisito indispensável para a universalização da segurança social. A experiência internacional mostra que quando os cidadãos estão melhor informados sobre os benefícios que resultam por pertencerem a um sistema de segurança social, estarão não só mais motivados a aderir voluntariamente ao sistema, mas também a defender os seus direitos laborais perante os empregadores.

Algumas medidas específicas neste âmbito, algumas das quais já a serem promovidas pelo INPS, mas que devem ser continuadas e aprofundadas, incluem:

- a) Inclusão da formação cívica em matéria de segurança social nos programas formais do sistema educativo, e em todas as idades.
- b) Trazer a informação até ao público através de todos os meios disponíveis (rádio, televisão, imprensa, etc.), mediante campanhas permanentes de *marketing* social, que promovam as vantagens da adesão à segurança social.

- 
- c) Transparência na gestão, através da publicação e divulgação permanente das contas do sistema em termos de financiamento, despesas e produção de serviços.
  - d) Diálogo social e alianças com organização de trabalhadores, empregadores e outros grupos da sociedade civil, com o intuito de disseminar informação e chegar a um acordo que permita garantir o aumento da cobertura e da sustentabilidade.

#### **V. Reforço da administração para o aumento da cobertura**

Como mencionado ao longo deste documento, o INPS tem vindo a concretizar progressos institucionais muito significativos no âmbito da modernização administrativa, com resultados muito relevantes. Perante uma estratégia de extensão da cobertura, é indispensável assegurar a sustentabilidade à modernização, tendo em consideração as seguintes áreas ou ações específicas:

- a) Dar continuidade à modernização dos sistemas de arrecadação para tornar mais fácil e menos oneroso a inscrição e o pagamento das contribuições ao nível das entidades empregadoras e dos trabalhadores independentes.
- b) Reforçar a infraestrutura administrativa de comunicação institucional.
- c) Reforçar as bases de informação estatística interna e externa ao INPS, que tornam possível estudar de forma continuada a evolução da cobertura e das lacunas existentes. Em particular, desenvolver alianças e implementar acordos e protocolos com o INE para a produção de estatísticas sobre segurança social.
- d) Criar uma unidade administrativa especializada na gestão das atividades de extensão da cobertura, a qual poderá permanecer na estrutura organizacional por vários anos.
- e) Efetuar alianças com o Ministério das Finanças, a fim de criar sistemas coordenados de identificação e combate à evasão contributiva, bem como de arrecadação de contribuições.
- f) Desenvolver um plano de ação específico, segundo grupos-alvo identificados, com base no mapeamento da população não segurada realizado no âmbito deste estudo.

#### **VI. Plano de ação baseado na relação esforço-extensão**

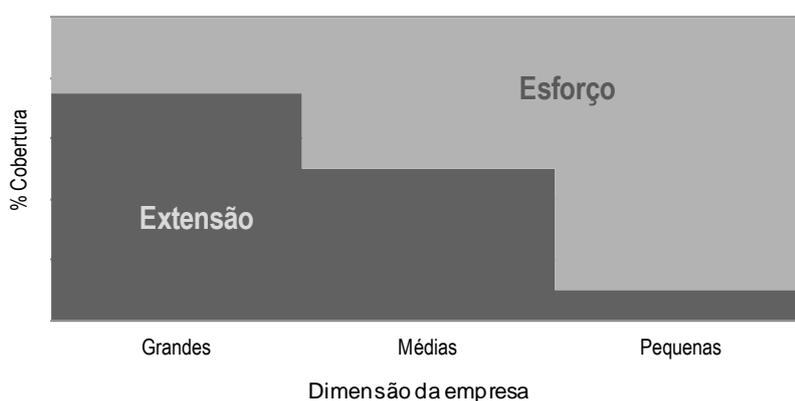
Consiste em desenhar uma estratégia de crescimento da cobertura que considere uma adequada combinação de duas variáveis: esforço (custo) versus extensão, em função da dimensão da empresa e de algumas outras variáveis relacionadas com a dimensão da empresa:

- a) A incorporação de grandes empresas e de trabalhadores independentes sindicalizados em cooperativas, associações e organizações profissionais. Isso gera aumentos significativos da cobertura em termos do número de segurados, com relativamente, pouco esforço.

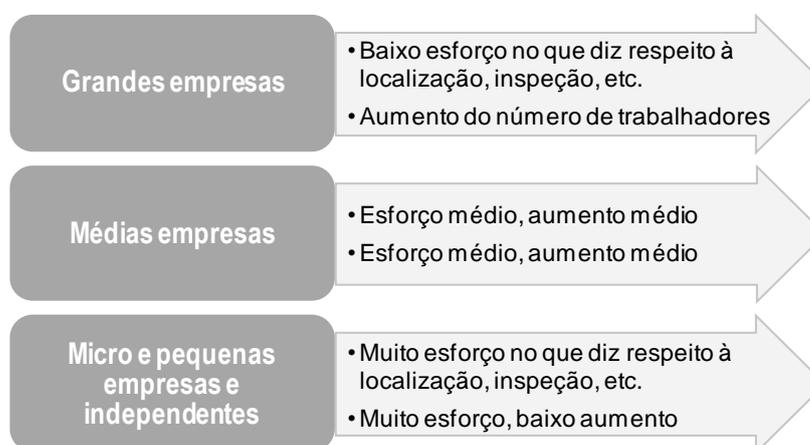
- b) Estabelecer mecanismos para incluir as médias empresas, combinando o processo de inspeção, motivação e parcerias com o Ministério das Finanças e outros organismos públicos, em que é requerida a apresentação de provas documentais de inscrição dos seus trabalhadores e de ter as suas contas com o INPS regularizadas. Podem também ser consideradas alianças para participar na arrecadação de impostos e avançar para sistemas como o "Monotributo" (contribuição única de impostos e de contribuições do seguro social), em vigor em outros países.
- c) Estabelecer uma estratégia de "porta a porta" com as micro e pequenas empresas, incluindo os trabalhadores independentes. Tal representará para o INPS um grande esforço em termos de recursos financeiros e de organização para conseguir filiar novos trabalhadores com estas características. Qualquer esforço nesta área deverá idealmente ser acompanhado de um conjunto integrado de políticas de formalização e desenvolvimento empresarial.

A forma de visualizar uma estratégia de tipo ABC pode ser vista no seguinte esquema:

**Figura 2. Esquema esforço vs. extensão: cobertura por dimensão da empresa.**



A ideia subjacente é ter uma estratégia clara e um mapeamento completo da população de empresas e trabalhadores, que permita combinar políticas de baixo esforço e baixo custo com iniciativas mais onerosas em termos de ganhos marginais nos níveis de cobertura, como explicado no diagrama seguinte:



---

## 7. Bibliografia

Banco Mundial. *Cabo Verde: Avaliação Inicial do Mercado de Trabalho Formal*, Departamento do País AF1, Região de África, 17 de Dezembro de 2010.

Bertranou, Fabio e Gasparini, Leonardo. *Protección social y mercado laboral en América Latina: ¿Qué nos dicen las encuestas de hogares?* Oficina Subregional de la OIT para el Corno Sur de América Latina. 24 de agosto de 2004.

Bertranou, Fabio (Coord.). *Trabajadores independientes y protección social en América Latina*. Argentina, Brasil, Chile, Colombia, Costa Rica, Uruguay. OIT, 2009.

Bureau Internacional do Trabalho. *A extensão da cobertura do seguro social aos trabalhadores independentes: boas práticas internacionais*, 2011.

Caja Costarricense de Seguro Social. *Estrategia integral de extensión de la cobertura*, Comisión Institucional de la Cobertura. Abril 2006.

Carvalho, Francisco Avelino “Migración en Cabo Verde. Perfil Nacional 2009” Organização Internacional para as Migrações (OIM). 2010.

Chever, Peter “Seguridad Social: una visión de conjunto”, *El Futuro de la Seguridad Social*, Conferencia de Estocolmo, (Suecia: Federación de las oficinas del Seguro Social), 1998, p. 267.

CNPS. Ministério do Trabalho, Família e Solidariedade Social, *Guia do Utilizador*, junho - julho 2010.

da Cruz, Maria Auxiliadora Baptista. *An empirical investigation into the challenges and opportunities of extending social security coverage to the informal sector in Cape Verde (2002-2010)*. Dissertação apresentada no âmbito do mestrado em Financiamento da Proteção Social. Maio, 2011.

Durán-Valverde, Fabio. *Cobertura contributiva de la Seguridad Social en el Perú ¿Avanza el aseguramiento contributivo?* (Serie Documentos de Trabajo), Oficina Subregional para los Países Andinos de la OIT, Lima, 2009.

Durán-Valverde, Fabio. *Diagnóstico del Sistema de Seguridad Social del Ecuador*. (Serie Documentos de Trabajo), Oficina Subregional para los Países Andinos de la OIT, Lima, 2008.

Durán-Valverde, Fabio. “Mercado laboral informal y estrategias para aumentar la viabilidad de las instituciones de seguridad social”. Documento presentado na Conferência Regional Americana AISS em 2006.

Henriquez, Lysette. *Elementos para un Regimen Especial PME para Cabo Verde*. 2010.

International Labour Office. *World Social Security Report 2010/11: Providing coverage in times of crisis and beyond*. Geneva: ILO, 2010.

---

Instituto Nacional de Previdência Social de Cabo Verde. Plano Operacional para a Extensão da Segurança Social aos Trabalhadores Independentes e Domésticos, 2010-2013. 2010.

INPS. Relatório e Contas 2010.

- \_\_\_ Relatório e Contas 2009. 2010
- \_\_\_ Relatório e Contas 2008. Maio 2009.
- \_\_\_ Relatório e Contas 2007. Abril 2008.

Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde. *Gabinete do Recenseamento Geral da População e Habitação*, RPPH 2010, Resultados Definitivos, Praia, 30 de março de 2010.

Instituto Nacional de Estatística Cabo Verde. Inquérito ao Emprego. Apresentação dos principais resultados. Praia, 15 de janeiro de 2008.

\_\_\_ *O perfil da pobreza em Cabo Verde*. IDRF 2001- 2002, Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-estar, 2007, Praia, 16 de junho 2008.

Ministério da Qualificação e Emprego. Estudo/Diagnóstico sobre o mercado de emprego em Cabo Verde, Cabo Verde, 2008.

PNUD. Informe de Desarrollo Humano, 2000 Op cit., p. 2

\_\_\_ Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-estar, 2007, Praia, 16 de junho 2008.

\_\_\_ Relatório Inquérito ao Sector Informal, 2009, Praia, Outubro de 2010.

\_\_\_ Informe 2011: El reconocimiento constitucional de derechos igualitarios a un medioambiente limpio promueve la equidad puesto que deja de limitar el acceso a aquellos que pueden costearlo, 2011

<http://hdrstats.undp.org/es/paises/perfiles/CPV.html>

\_\_\_ *Cabo Verde en camino hacia el fin de la pobreza y los ODM*”, 21 de setembro de 2010.

<http://www.beta.undp.org/undp/es/home/presscenter/articles/2010/09/21/cape-verde-on-track-to-end-poverty-and-meet-most-mdgs.html>